

Valorizar a Profissão Reafirmar a Escola Pública

Proposta A

Subscrita pelo Secretariado Nacional da FENPROF e pelas direções dos seus sete sindicatos

CAPÍTULO 1

Os riscos de desmantelamento da Escola Pública no final da década em que mais foi fragilizada

Portugal viveu uma **década muito difícil**. Os últimos quatro anos foram um autêntico tubo de ensaio social, económico e político, no qual se iniciaram experiências que visavam ser generalizadas e consolidadas na atual legislatura. Pretendia-se uma profunda reconfiguração do Estado, que iria passar pela transferência de funções sociais que são sua obrigação para as mãos de operadores privados e, também, pelo aumento da exploração de quem trabalha, com normas de regulação laboral ainda mais negativas.

Na Educação e na Ciência, do mesmo modo, estes quatro anos foram os piores de uma década muito negativa. A partir de medidas criadas por anteriores governos do PS e, essencialmente, com a imposição de outras decisões ou o agravamento das já existentes, por mão de PSD e CDS, os anos da troika em Portugal impuseram uma **redução superior a 3.300 milhões de euros** só no financiamento da Educação.

Relatório recente da OCDE confirmou que Portugal, apenas entre 2010 e 2012, teve uma redução de 14% na despesa pública com a Educação (não incluindo ensino superior). No início da década, a despesa portuguesa por aluno cifrava-se nos 7.444 euros, enquanto o valor médio europeu era de 8.982 euros. De 2012 a 2015, este valor continuou a ser comprimido e, hoje, **Portugal destina à Educação um valor que é pouco superior aos 3% do PIB**. Portugal ocupa um dos últimos lugares do ranking europeu.

De 2011 a 2015, no que respeita ao financiamento público da Educação, os cortes, ano a ano, foram os seguintes: 803 milhões; 600 milhões; 700 milhões; 495 milhões; 704 milhões. Se no memorando assinado com a troika, em 2011, pelo governo português e pela oposição à sua direita, o corte previsto era de 195 milhões, veio depois a fixar-se em 380 milhões de euros. Porém, **entre 2011 e 2015 multiplicou-se quase nove vezes!**

Mas não foi só a Educação a sofrer com as ações políticas dos últimos dez anos. Foi assim, também, nas demais áreas que integram o núcleo central das funções sociais do Estado, **afetando, principalmente, o em-**

prego e as remunerações dos trabalhadores. Neste caso, as reduções nos rendimentos foram impostas através da imposição de uma enorme carga fiscal, de cortes diretos no salário e do bloqueamento das progressões nas carreiras. No ensino superior, aqui se inclui a não produção dos efeitos salariais resultantes da obtenção da agregação e da passagem a categoria superior por concurso. Chegados ao final do primeiro trimestre de 2016, ainda nenhum destes problemas foi resolvido; para já, só a reposição do valor integral do salário se encontra em curso.

Na Educação e na Ciência, o corte foi executado, sobretudo, à custa de uma **fortíssima redução de recursos humanos e do acentuar da precariedade** dos vínculos laborais no ensino superior.

De acordo com dados conhecidos, ao longo da anterior legislatura, em valores percentuais, **o número de docentes que saiu das escolas é praticamente o triplo do da redução de alunos**. Das estatísticas da Educação aos dados relativos a aposentações publicados em Diário da República e, mais recentemente, de acordo com o Relatório n.º 26/2015 – 2.ª S, de novembro de 2015, que resulta de auditoria do Tribunal de Contas ao setor da Educação no período de ingerência da troika, resulta a confirmação desta fortíssima redução de docentes na educação pré-escolar e nos ensinos básico e secundário. Uma redução que a FENPROF sempre disse ser muito acima do suportável e estar na origem da crescente sobrecarga de trabalho sentida pelos docentes que se mantêm no ativo.

De acordo com aquele relatório, no período da legislatura compreendido entre os anos letivos 2010/11 e 2014/15, é reconhecida a **redução de 30.864 docentes** (21,8%). Assim, o número de docentes dos quadros, em 2014/15, era de 96.997 (vindo de 107.944 no início da Legislatura); o de contratados atingia, apenas, os 14.496, quando, em 2010/11, era de 33.413 (o Tribunal de Contas regista uma diminuição de 56,6%).

Pelos cálculos da FENPROF, **a diminuição do número de docentes terá sido ainda maior**, pois não são aqui considerados, por exemplo, os mais de 1.100 docentes que saíram por rescisão por mútuo acordo. Neste período, ainda de acordo com o relatório, o número de alunos passou de 1.298.825 para 1.203.162, ou seja, uma quebra de 7,3% (95.663 alunos a menos).

Confirma-se que **mentiam os que atribuíam a redução do número de professores e a não abertura de lugares nos quadros à quebra do número de alunos** no sistema. Nuno Crato, os seus secretários de estado, outros governantes, incluindo o Primeiro-Ministro Passos Coelho, e também diversos deputados das bancadas de PSD e CDS repetiram, vezes sem conta, essa mentira.

De acordo com os números reproduzidos pelo Tribunal de Contas, conclui-se que **mais de dois terços da redução de professores resultou de medidas impostas com esse objetivo** pelo governo da direita, o que, aliás, é confirmado pelo relatório em causa. Ainda que nem todas referidas pelo Tribunal de Contas, dessas medidas destacam-se: imposição de mega-agrupamentos; encerramento de milhares de escolas; eliminação de disciplinas ou redução da sua carga horária; manipulação dos horários dos docentes, atribuindo atividade letiva em horas da componente não letiva ou eliminando pausas do horário de trabalho; aumento do número de alunos por turma; desrespeito pelas normas de constituição de turmas com alunos que apresentam necessidades educativas especiais; entrega a operadores privados de turmas que tinham lugar nas escolas públicas...

A forte redução do corpo docente, como se previa, não foi inócua. Teve **graves consequências nas condições de organização e funcionamento das escolas**, provocou preocupantes quebras de qualidade do ensino e obrigou as escolas a abandonarem projetos e atividades que, apesar de importantíssimos na luta contra o abandono e o insucesso, deixaram de contar com os recursos humanos necessários.

No ensino superior, a redução do número de docentes e o aumento da precariedade foram realizados a partir de **severos cortes nos orçamentos de funcionamento das instituições e escolas** e, também, no aumento dos encargos destas para a Caixa Geral de Aposentações (CGA) e para a Segurança Social (SS).

Na investigação, em consequência de uma avaliação, fortemente contestada, da responsabilidade da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), foram excluídos do financiamento plurianual cerca de 50% dos centros de investigação e desenvolvimento (I&D). Em paralelo, a redução brutal das bolsas FCT, de doutoramento e de pós-doc, nomeadamente, levou a **uma saída sem precedentes de investigadores, com a consequente debilitação do Sistema Científico e Tecnológico Nacional**.

A mudança necessária

Os últimos quatro anos em que a direita governou o país destinaram-se, essencialmente, a **embaratecer o sistema**, também condição necessária para, na legislatura seguinte, a que agora se vive, avançasse,

como previa o designado guião para a reforma do Estado, por outros caminhos que não os que a Constituição da República Portuguesa (CRP) consagra.

Privatizar, direta ou indiretamente, municipalizar, desvalorizar formações com a imposição de vias desqualificadas a mais de metade dos alunos portugueses (desde o ensino básico ao superior) e transferir financiamento público para fundos comunitários, eram esses os projetos a concretizar até 2019. Aliás, era isto que explicitava o **programa de governo que PSD e CDS apresentaram na Assembleia da República, já depois das eleições legislativas**.

Felizmente, em 10 de novembro de 2015, o programa foi rejeitado pela maioria dos deputados eleitos. Uma maioria que resultou da vontade expressa de mudança manifestada pelos portugueses nas **eleições realizadas em 4 de outubro de 2015** e que o então Presidente da República, Cavaco Silva, tentou impedir que tivesse implicação na constituição do governo. A CRP foi, porém, superior ao seu desejo, impedindo-o de dissolver a Assembleia eleita pelo povo português.

Das **políticas derrotadas na sequência do ato eleitoral** e da rejeição do programa de governo PSD/CDS (XX Governo Constitucional), porque nele constavam, podem salientar-se: os contratos a estabelecer com os municípios nas áreas da educação, saúde, segurança social e cultura; os contratos com privados, num quadro em que estes foram colocados em pé de igualdade com as escolas públicas, em nome de uma falsa liberdade de escolha; fazendo parte do percurso de segregação, a imposição de cursos vocacionais desde o ensino básico, a torrente de exames desde o 4.º ano de escolaridade e os cursos técnicos superiores profissionais a ministrar pelos institutos politécnicos; o desinvestimento na Ciência com uma drástica redução nas bolsas de investigação; o aumento dos custos do acesso à saúde ou à educação de qualidade; a intenção de impor os plafonamentos nos descontos para a segurança social.

De acordo com o **programa apresentado pela direita**, os direitos laborais seriam ainda mais reduzidos e a precariedade passaria a ser a norma; a reposição dos salários na íntegra, o desbloqueamento das carreiras e a redução da carga fiscal eram miragens que talvez se concretizassem, não se sabendo exatamente quando ou como. O exemplo da devolução de parte da sobretaxa de IRS que, dos 30% anunciados em plena campanha eleitoral, acabou em nada, no final do ano, ilustra bem a política de mentira que foi seguida. A ocultação dos contínuos e gravíssimos problemas dos bancos, bem como dos seus autores, resolvidos à custa de sacrifícios impostos à maioria das pessoas, exemplifica uma postura inaceitável de protecionismo dos interesses financeiros, da irresponsabilidade e do crime económico.

Portugal num mundo complexo e cada vez mais desigual

A vida em Portugal não é alheia ao contexto internacional, no qual se vive um tempo de grande complexidade. **O mundo está cada vez mais desigual**. Para isto contribui o aumento da exploração que é imposto para satisfação dos “mercados”. A par e interligada há uma espiral belicista que não para de crescer. São marcas indelévels da profunda crise do sistema capitalista, terreno fértil para a afirmação de radicalismos.

Em algumas regiões, o terrorismo e/ou o apoio crescente à extrema-direita, são consequências desses radicalismos, atingindo dimensões muito preocupantes. Ainda que em Portugal possam surgir sinais aparentemente contraditórios com a situação europeia e mundial, os constrangimentos, designadamente a dependência externa a que o país continua sujeito, não deixam grande margem de ação, **abrindo espaço à ingerência estrangeira que põe em causa a sua soberania** e tornando ainda mais estreitas as margens da democracia.

Se a organização económica, social, política e cultural que prevalece no mundo tem agravado os níveis de exploração e gerado desigualdades crescentes nas sociedades – e Portugal é dos países em que elas mais se têm acentuado –, **os conflitos de natureza belicista que têm sido instigados tornam ainda mais difícil a vida de quem menos tem** e menos pode, fragilizando perigosamente a democracia. São sempre os pobres quem mais sofre. Como diz Mia Couto, a diferença entre a guerra e a paz é que na guerra os pobres são os primeiros a serem mortos; na paz são os pobres os primeiros a morrer (*Mulheres de Cinza*, 2015).

Marcas deste tempo são, entre outras: a ingerência do FMI e, no caso europeu, da União Europeia (UE) e do Banco Central Europeu (BCE), como Portugal bem conhece, impondo políticas de empobrecimento e exploração com o objetivo de transferir riqueza do trabalho para o capital; a destruição de serviços públicos, com o intuito de entregar funções sociais que competem aos estados nas mãos de operadores privados; o declínio da democracia, incluindo a perseguição até à morte de opositores, sindicalistas e outros, e a ilegalização de partidos comunistas, como na Ucrânia; o avanço da extrema-direita em países como a Hungria, a Finlândia, a Polónia, a Turquia e, até mesmo, a França; o agravamento de diversos conflitos regionais com usurpação da soberania de povos, como acontece nos territórios ocupados da Palestina, do Sahara Ocidental ou do Curdistão; a criação de grupos como o autodenominado Estado Islâmico, viveiros de fundamentalismos e campos de treino de terroristas que servem ou, durante algum tempo, serviram interesses que hoje revelam incomodidade com a sua existência.

Neste domínio, os atos de terrorismo não conhecem fronteiras. Acontecem em lugares tão distintos como França, Mali, Iémen, Síria, Líbia, Tunísia, Afeganistão, Iraque, Estados Unidos ou Rússia. Está criado **um clima de medo que condiciona a vida das sociedades**, podendo levar à adoção de medidas que, em nome da segurança, poderão pôr em causa liberdades individuais dos cidadãos.

Por último, porque **o capital não desiste de dominar o mundo** para concentrar ainda mais a riqueza que pilha, temos assistido a uma forte pressão da direita e extrema-direita sobre os governos dos países que, na América Latina, se opõem às regras ditadas do exterior, alheias aos interesses dos povos e contrárias à afirmação da sua soberania. Há resultados visíveis dessa pressão em países como a Argentina, a Venezuela e o Brasil.

Encontramos no mundo atual situações aparentemente diversas mas que têm a mesma natureza: a profunda crise do capitalismo que, a qualquer preço, tenta manter e dilatar sobre as suas fontes de lucro, a exploração dos trabalhadores e a apropriação das riquezas dos povos. **A acumulação de riqueza pelo capital está na razão direta do empobrecimento de quem trabalha.** O relatório do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) sobre o desenvolvimento humano, divulgado em dezembro passado, afirma que a riqueza e o rendimento globais atingiram o ponto mais alto de sempre; no entanto, sintomaticamente, alerta para a desigualdade na distribuição, estimando que, em 2016, o 1% mais rico da população mundial detenha já mais de 50% daquela riqueza.

Se não houver uma forte mobilização e oposição dos povos, a situação internacional e as implicações dela em países como o nosso tenderão a agravar-se, designadamente com a assinatura de novos tratados internacionais, a juntar aos já existentes e que são, na verdade, instrumentos do domínio capitalista. O Tratado Transatlântico (TTIP: *Transatlantic Trade and Investment Partnership*) é um desses tratados que tem vindo a ser preparado com enorme secretismo. A concretizar-se, os direitos dos trabalhadores dos dois lados do Atlântico, como, em geral, os de cidadania democrática, acabarão brutalmente diminuídos, principalmente do lado europeu.

A via crescentemente agressiva de desenvolvimento do capitalismo, para além do empobrecimento dos trabalhadores e das populações, ataca, cada vez mais, direitos públicos universais como a Educação, a Saúde ou a Segurança Social de qualidade para todos. Mas vai mais longe a ganância do capital, a ponto de **pôr em causa a própria preservação do planeta**, cujos recursos naturais são explorados de forma descontrolada, começando a atingir níveis de rutura.

Apesar de se terem obtido alguns resultados positivos na recente Conferência

de Paris sobre o clima, **não é adquirido que os países, sobretudo os mais ricos, venham a respeitar os limites adequados à não destruição das condições de vida na Terra.** A insensibilidade e avidez, a partir dos países mais ricos, e a falta de recursos dos mais pobres, tem levado a que não sejam tomadas as medidas necessárias, desde logo, à redução da concentração de dióxido de carbono na atmosfera e, em consequência, do aquecimento global do planeta. Se a meta limite de 1,5 graus centígrados for ultrapassada, a situação do planeta e da humanidade pode ser de catástrofe generalizada.

Preservar exige que se abdique da exploração desenfreada de uma elevada percentagem dos recursos naturais e exige um forte investimento em alternativas. **É necessário que o lucro de alguns deixe de falar mais alto do que o futuro de todos**, pelo que a preservação do planeta passa, também ela, por uma forte luta anticapitalista.

Oportunidades que se abrem para o futuro

Com as eleições de 4 de outubro de 2015, **os portugueses penalizaram a maioria de direita que impôs as políticas de empobrecimento e se preparava para as prosseguir**, essencialmente, por razões de natureza ideológica, através de uma defesa feroz do capitalismo, como modelo de sociedade, e do liberalismo económico, enquanto estratégia para o seu aprofundamento.

Na Educação, por exemplo, a direita assumiu a **intenção de alterar a Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE)**. É que esta lei constitui um obstáculo à concretização do projeto ideológico da direita, evidenciado no chamado guião da reforma do Estado e no programa apresentado pelo fugaz governo pós 4 de outubro. Porém, a coligação que juntou PSD e CDS perdeu mais de 720.000 votos; a sua expressão eleitoral reduziu-se de quase 51% para menos de 37%, com a perda de 25 deputados e, assim, da maioria absoluta que detinha na Assembleia da República.

Embora a direita não tivesse condições para continuar a governar, durante cerca de dois meses, **o então Presidente da República, representante fiel dos interesses do capital e da direita, recusou aceitar a vontade do Povo**, tendo ainda indigitado um governo cuja rejeição parlamentar estava anunciada. Depois de o programa do governo PSD/CDS ter sido reprovado pela maioria dos deputados, Cavaco Silva manteve o governo em funções durante mais um mês, passando a auscultar banqueiros e patronato, na procura de uma saída que garantisse a continuidade das políticas de direita. É significativo que só perante o protesto da CGTP-IN, Cavaco Silva acabasse por chamar, também, as confederações sindicais.

Sem a saída que pretendia e condicionado pela CRP que, tantas vezes, desrespeitou



(só em relação a questões orçamentais, por treze vezes o Tribunal Constitucional declarou inconstitucionais matérias que o Presidente da República promulgara), **Cavaco Silva, a custo e com desacordo explícito, acabou por indicar o atual Primeiro-Ministro**, cujo partido reunia, no Parlamento, a garantia de que, à sua esquerda, qualquer moção de rejeição apresentada pela direita seria reprovada.

Com a entrada em funções deste novo governo – o XXI Governo Constitucional (PS) –, **as expetativas dos trabalhadores portugueses elevaram-se**, não só pelo sentido das primeiras medidas aprovadas pela Assembleia da República (na Educação, verificou-se o fim dos exames do 4.º ano de escolaridade, a revogação definitiva da prova de avaliação de capacidades e conhecimentos, PACC, e a eliminação do regime de requalificação), mas também por, pela primeira vez, haver um governo PS de maioria relativa e suportado no parlamento pelos deputados de PS, BE, PCP e PEV.

As medidas aprovadas para a Educação foram acompanhadas de outras em domínios como a Saúde, a Segurança Social ou no setor dos transportes. Da mesma forma, avançaram medidas relativas a salários ou fiscalidade que, não sendo as reclamadas pelos trabalhadores, **ainda assim são mais favoráveis que as previstas pela direita**, caso tivesse sido reconduzida no governo.

No plano do relacionamento institucional, **criaram-se condições para a existência de linhas de diálogo e negociação, o que há muito não acontecia**. Novidade é o facto de existirem, hoje, duas frentes importantíssimas de intervenção a este nível, complementares e ambas com capacidade de decisão política: o governo – em particular, o Ministério da Educação (ME) e o Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES) – e a Assembleia da República.

Porém, o que se conquistar, neste novo quadro político, **dependerá sempre dos professores, educadores e investigadores** e das capacidades de intervenção, ação e luta que demonstrem.

Dois testes ao novo tempo: eleições presidenciais e Orçamento do Estado para 2016

Seguiram-se dois momentos importantíssimos: **as eleições presidenciais, no início deste ano, e a aprovação do Orçamento do Estado para 2016** (OE 2016) que, devido à data escolhida para as eleições legislativas por Cavaco Silva e ao atraso por si provocado na indicação do governo, também só seria aprovado com o ano em curso.

Nas eleições presidenciais de 24 de janeiro, **a direita apresentou um candidato** que, por razões táticas, se esforçou por retirar

visibilidade à presença dos partidos que o apoiaram e que beneficiou, essencialmente, de anos de promoção na comunicação social, tendo também, beneficiado de tratamento privilegiado em período pré-eleitoral.

Do resultado eleitoral, porém, **não poderão tirar-se ilações relativamente à legitimidade da maioria parlamentar** que suporta o governo. Sondagem efetuada no próprio dia 24 de janeiro (AXIMAGE), junto dos eleitores das presidenciais, revelou que o conjunto dos partidos que constituem a atual maioria contabilizou 52,1% (nas eleições legislativas, a 4 de outubro, somaram 50,6%). PSD e CDS, nessa sondagem, somaram 39%, no conjunto, com o CDS a valer apenas 3,3%.

Do Presidente da República eleito, exige-se que defenda, cumpra e faça cumprir a Constituição da República e o que ela consagra para Portugal e para os Portugueses, nomeadamente no que concerne à existência de funções sociais do Estado, de caráter universal, prestadas por serviços públicos de qualidade e no que respeita aos direitos de todos os cidadãos, designadamente os trabalhadores, os jovens, os idosos e as pessoas com deficiência.

Sobre o OE 2016, à data da entrega desta proposta aguarda-se ainda a sua divulgação, por razões a que acima se alude e que responsabilizam o ainda Presidente da República, Cavaco Silva. Registam-se muito negativamente as pressões que marcaram o processo de elaboração do OE, nomeadamente as oriundas da Comissão Europeia, e que têm de ser lidas como um esforço para, não obstante os resultados das eleições legislativas de outubro passado, obrigar à perpetuação integral das opções políticas e ideológicas seguidas pelo governo PSD/CDS e tuteladas pela troika a partir do Programa de Assistência Financeira imposto a partir de 2011. Àquelas pressões acresce o papel que a direita assumiu, procurando criar dificuldades à elaboração do OE, dentro do país e no plano internacional, designadamente na União Europeia.

Um tempo que abre perspectivas, mas impõe envolvimento e ação determinada

Não se estranha que **a estratégia da direita passe pela radicalização de posições de algumas organizações que servem os seus interesses** e têm intervenção no plano social e sindical. As ações desenvolvidas por organizações sindicais filiadas na UGT que, no caso dos docentes, são dominadas pelo PSD, são disso exemplo. Após quatro anos em que uma aparente letargia alternava com indistigáveis favores ao governo, ressurgem, agora, híper reivindicativas, assumindo posições que antes calavam.

Não é possível esquecer quem acordou a imposição da PACC a milhares de jovens profissionalizados, quem aceitou a criação do regime de requalificação, quem assinou o contrato coletivo de trabalho (CCT) do ensino particular e cooperativo, traindo os interesses e direitos dos docentes do setor, quem não foi consequente na contestação ao regime de concursos, designadamente às diversas modalidades de contratação direta pelas escolas, quem não se ouviu na contestação aos cortes salariais, aos inúmeros atentados à educação inclusiva, à asfíxia financeira dos centros de investigação e ciência ou aos cortes impostos no ensino superior. A elevação de voz a partir do momento em que se consumou o afastamento da direita do poder, não pode deixar de ser vista como um ato de hipocrisia e oportunismo político-partidário, ainda mais se recordarmos a recusa em convergir com outras organizações em momentos de luta fundamentais contra políticas e medidas que, agora, dizem contestar.

Da parte da FENPROF, as posições são claras. Os seus princípios são os de sempre; a sua disponibilidade negocial mantém-se inalterada; a importância que dá à apresentação de propostas sobre todos os assuntos que à Educação respeitam continua a ser muito elevada; a importância que atribui à participação, à ação e à luta dos professores, educadores e investigadores e, em geral, dos trabalhadores, não se reduz.

A postura dos governantes, nuns casos, e das entidades patronais, em outros, determinarão o curso do relacionamento que, em cada momento, será avaliado e se estabelecerá. Na atual conjuntura, o governo e, neste, os ministérios que têm responsabilidades na Educação (ME, MCTES, MCESS, MNE e MS), bem como as entidades empregadoras particulares e cooperativas, serão os interlocutores diretos a quem se exige capacidade negocial.

Simultaneamente, **a Assembleia da República**, que tem hoje uma maioria com obrigações sociais, económicas, culturais e políticas muito distintas das que tinha a de direita, será sempre um espaço de intervenção privilegiada da FENPROF. Nele procurará contribuir para a construção de consensos na atual maioria, e para a adoção de políticas de esquerda e soberanas, seguindo aqui a formulação usada pela CGTP-IN.

Esta ação no quadro institucional não dispensa uma ainda maior disponibilidade dos docentes e investigadores para se envolverem numa ação sindical que compreenda reflexão, debate, apresentação de propostas, ação e **a inevitável luta pelos objetivos reivindicativos estabelecidos**. Só dessa forma será possível alcançar os resultados desejados.

CAPÍTULO 2

A função social da escola

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, carta de princípios que estabelece quais os direitos inalienáveis do indivíduo, foi adotada pela Organização das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948, estabelecendo no seu artigo 26.º que **“toda a pessoa tem direito à educação”**.

Passaram-se quase setenta anos e em muitos países, apesar dos esforços realizados, a concretização desse direito continua a ser uma meta difícil, se não mesmo impossível de alcançar. Não sendo o que acontece no nosso país, tal não impede uma **necessária reflexão sobre a importância e a função da Educação, sobre o papel da instituição escolar**, bem como a sua articulação com os objetivos estabelecidos nas agendas políticas de quem nos governa.

Apesar da possibilidade de um desenvolvimento sustentável e inclusivo, a verdade é que o mundo em que vivemos, cada vez mais globalizado, atingiu um nível de complexidade sem precedentes. As contradições, as assimetrias, o aumento das desigualdades e das intolerâncias, as crises e as tensões geradas constituem o **pano de fundo de uma realidade para a qual a escola é instada a responder**.

Faz, assim, todo o sentido referir um relatório elaborado por iniciativa da UNESCO, importante marco na história do pensamento educacional e que continua, em nosso entender, com toda a atualidade. Referimo-nos ao “Relatório Faure – Aprender a Ser (1972)” que, apesar de estar a cumprir o seu 43.º aniversário, mantém uma atualidade por demais evidente, fruto do seu caráter “antecipador”. Cabe sublinhar a referência à importância que as tecnologias educativas vão passar a apresentar e ao conceito e papel da **educação permanente**.

A Educação, portanto, tem de **ir muito para além da leitura, da escrita e do cálculo**, devendo para tal adotar métodos de aprendizagem que favoreçam o reforço da justiça, da equidade social e da solidariedade.

Esta abordagem ao ser cartografada no atual sistema educativo faz emergir questões que nos obrigam a uma reflexão. São elas: **qual a função social da escola numa sociedade que se quer democrática num tempo de globalização?** De que forma são entendidos conceitos como *o direito à educação, a igualdade de oportunidades e a escola e a prestação de serviço educativo?*

Começando pela função social da escola, que traz agregada a si o direito à educação, esta tem como compromisso assumido o desenvolvimento das capacidades físicas, cognitivas e afetivas dos alunos. Toda esta aprendizagem deve ser construída de forma contextualizada, contribuindo para **o desenvolvimento nos alunos de competências**

personais e sociais, assim como a aquisição de um núcleo de conhecimentos que lhes permitam ser cidadãos ativos, críticos e participativos na sociedade.

Não se pode, contudo, atribuir à escola a responsabilidade de pôr fim às injustiças que se avolumam atualmente na nossa sociedade. No entanto, pode e deve a escola contribuir de forma significativa para atenuar e combater as desigualdades socioeconómicas numa sociedade que se quer mais justa, fraterna e solidária. Assumindo este pressuposto, o grande desafio da escola pública é, pois, **fazer com que a sua função educativa assumam um papel compensatório**. Isto é, que atenda às diferenças, sejam elas quais forem, criando, deste modo, novas oportunidades a todos, no acesso e na partilha do saber e do conhecimento.

Em tal contexto, facilita-se a aquisição de novos conhecimentos, o desenvolvimento de mais capacidades e a valorização de saberes que as crianças e jovens consigo transportam. Neste processo, poder-se-á, então, inferir que uma **educação de qualidade deve ser aquela que visa a escola como um espaço e tempo de vida**, uma instituição privilegiada para uma aprendizagem com sentido, tornando-se esta assunção num desafio permanente da instituição escolar democrática.

A **satisfação destas necessidades, pelo sistema público de educação**, confere aos indivíduos a possibilidade e, ao mesmo tempo, a responsabilidade de respeitar e desenvolver a sua herança cultural e linguística, assim como a promoção da educação de outros, na procura e na assunção responsabilizadora de uma maior justiça e coesão social.

Não menos fundamental em todo este processo educativo é o **enraizamento e enriquecimento dos valores culturais democráticos, éticos e morais comuns**. É nestes valores que os indivíduos e a sociedade ancoram a sua identidade e dignidade. Este é um dos grandes objetivos que se deve privilegiar na consecução de qualquer projeto educativo. Em suma, com todos estes pressupostos estruturantes, a função social da escola torna-se em si mesma uma finalidade.

Neste sentido, a função social da educação, de um modo geral, é a de **promover a mobilidade social e conseqüentemente universalizar as oportunidades**. Neste paradigma, a educação assume uma natureza axiológica. A escola obrigatória, laica e universal surge neste contexto como um processo de pertença social. A sua existência tem de ser consignada como um direito fundamental.

Assim, o direito à educação, ou seja, a educação para todos, consagrado nas sociedades contemporâneas, aponta os cidadãos como *naturalmente* os primeiros responsáveis pelo direito à educação das



crianças e jovens à sua responsabilidade. Contudo, **são os estados, jurídica e politicamente, os primeiros responsáveis pelo cumprimento do direito à educação** e consequentemente pelo desenvolvimento da função social da escola. Como afirma Reis Monteiro, são eles os autores e primeiros destinatários do Direito internacional em geral e, portanto, do Direito internacional da educação que subscreveram e ao qual se obrigam.

Numa sociedade em mutação e na assunção da sua identidade profissional, **os professores devem conceber-se como profissionais do direito à educação e da comunicação pedagógica**, salvaguardando desta forma o superior interesse do aluno, como um dos valores fundamentais na construção da sua profissionalidade.

A igualdade de oportunidades de acesso e sucesso para todos, ou do sucesso escolar generalizado, conceito transparente pela própria semântica das palavras, constituiu-se como um **direito a garantir pelo Estado**, até ao nível da entrada dos jovens no mercado de trabalho (12 anos de escolaridade, atualmente), assim como o acesso a um *currículo comum* para todos os alunos, independentemente da sua origem social, económica ou cultural e, não menos importante, providência a frequência da *mesma escola* por todos esses alunos.

A escola pública tem como missão, promover um ensino de qualidade, assim como reclamar que a simples aquisição dos saberes não basta. É preciso colocá-los ao serviço de competências ligadas a práticas sociais. Torna-se necessário aprender a mobilizá-los, servindo-nos deles para afrontar a complexidade do mundo e para tomar decisões que possam contribuir para a diminuição das desigualdades sociais.

Claro que não é de ignorar o **papel que pode caber ao ensino particular e cooperativo**, desde que devidamente enquadrado no que para este nível se preceitua na LBSE. Ao mesmo tempo que estabelece, no seu artigo 37º, que “*compete ao Estado criar uma rede de estabelecimentos públicos de educação e ensino que cubra as necessidades de toda a população*” (sublinhado nosso), reconhece noutro artigo (54º), como especificidade, que o ensino particular e cooperativo se rege “por legislação e estatuto próprios, que devem subordinar-se ao disposto na presente lei”.

Fica assim evidente o **carácter prioritário das responsabilidades do Estado na Educação e o papel supletivo de algumas respostas**, sempre com carácter complementar, do ensino privado.

Do histórico da elaboração desta lei, em 1986, consta aliás a recusa da Assembleia da República da época em incluir um aditamento proposto pela direita que pretendia que “o Estado assegura ao ensino particular e cooperativo a igualdade de tratamento em relação ao ensino público”. Sintomático!

Passados 29 anos, **a mesma direita viria a retomar esta pretensão no quadro da autodesignada “Reforma do Estado”**.

Na **agenda política neoliberal**, a escola assume-se como uma instituição prestadora de um serviço educativo, onde o *modus operandi* é de que quase tudo pode ser mercantilizado, continuando este pressuposto a encontrar terreno político fértil para a sua disseminação no nosso sistema educativo.

A concessão de serviços, a subcontratação e outras formas de transferência de competência para entidades privadas de tipo empresarial, foram algumas das primeiras expressões dessa visão, aplicada às nossas escolas. É de sublinhar, quanto a isto, que a defesa da oferta pública se faz, também, pela **exigência de qualidade que não pode estar dependente de qualquer critério de lucro**.

Prosseguindo, compete a cada um de nós, de uma forma clara e informada, tomar uma posição sobre a **asserção da Educação: ou se entende a mesma como um bem público ou como um produto de consumo**, não ignorando que a primeira nos remete para a posição de cidadãos, enquanto a segunda para a de consumidores. Numa análise política de malha fina, importa salientar as relações que estas posições estabelecem e de que formas são apresentadas aos indivíduos.

Na esteira de Roger Dale, assumimos que as dicotomias políticas existentes entre um sistema educativo enquanto serviço público e a prestação de um serviço privado são expressas, por um lado, na universalidade de *ter direito* a bens e serviços de igual valor; por outro lado, pelo *fornecimento* de serviços e bens cujo valor social depende da sua relação com outros congéneres e cuja posse classifica e estratifica os seus destinatários. Também existem diferenças substantivas na natureza das tarefas, nas finalidades, nos valores de referência e no significado dos serviços prestados pelas instituições. **O serviço público, quando instituído, não tem como objetivo o lucro**.

A diferenciação pelo mérito e a competição estão a consolidar-se como questões fundamentais para os grupos sociais dominantes. Foi no desenvolvimento deste processo que se impuseram formas de controlo e de monitorização do sistema educativo. Estas são visíveis e concretizam-se através da avaliação (exames nacionais generalizados a todo o sistema educativo), da gestão escolar, de rankings estabelecidos a partir dos resultados dos exames, bem como de modelos de avaliação das escolas que têm vindo a ser seguidos.

Com o objetivo de se afirmarem, neste contexto, **muitas escolas têm vindo a celebrar parcerias com entidades privadas que passam a intervir com influência nas suas decisões**. De facto, o recurso a avaliadores do sucesso (associações, empresas, fundações), recorrendo a instrumentos de medição por

si gerados (provas, questionários, etc.) ou à produção de relatórios instrucionais, tem servido para potenciar exercícios de poder das direções, degradar relações laborais e até desvalorizar o papel dos professores. De igual modo, a orientação de proximidade ou a complacência para a promoção de ofertas privadas de ensino em estabelecimentos públicos contribuem também para um promíscuo quadro de intervenção direta (nomeadamente em órgãos de direção) de interesses concorrenciais da oferta que o Estado tem de garantir e defender.

Cumprir lembrar que a LBSE (Lei n.º 46/86, de 14 de outubro), ainda em vigor, no seu artigo 2º, ponto 2, refere que é do Estado a responsabilidade de **“promover a democratização do ensino, garantindo o direito a uma justa e efetiva igualdade de oportunidades no acesso e sucesso escolares”**.

Contudo, *as políticas continuadas e de consolidação ideológica* dos últimos governos, que consagram a competição, a excelência, e os resultados a qualquer custo, significam um **efetivo aprisionamento da conceção democrática da escola pública** por uma política colonizadora de carácter mercantilista.

Foi neste contexto sociopolítico que nos foi imposta a *Revisão da Estrutura Curricular* do XIX Governo Constitucional (PSD/CDS), e, portanto, o currículo como construção histórico-cultural não fica imune às mudanças em marcha. Convém, no entanto, recordar que o **currículo não é neutro, é fundamentalmente determinado pelas opções políticas dos estratos sociais dominantes**.

Deste modo, e assumindo que o currículo é mais do que a apresentação seletiva do conhecimento, mais do que um plano tecnológico altamente estruturado, que não se esgota nos *conteúdos a ensinar e a aprender, isto é, na dimensão do saber, mas que se amplia às dimensões do ser, do formar-se, do transformar-se, do decidir, do intervir e do viver e conviver com os outros*, a revisão apresentada e consumada não permitiu uma **discussão aprofundada e alargada no tempo com aqueles a quem cabe o desafio profissional quotidiano de “fazedores do currículo”**, em contextos cuja diversidade sociocultural impera – os professores.

Partindo, ainda, do pressuposto de que o currículo é um *projeto antropológico de crenças, valores, atitudes e saberes que configuram um sistema, uma estrutura que procura alicerçar a aprendizagem*, conceber o currículo desenraizado deste quadro conceptual de intervenção é esquecer que ele **faz parte de um todo cultural e que as suas responsabilidades não são só educativas**, mas também sociais.

A revisão curricular do XIX Governo Constitucional, de Nuno Crato, ainda em vigor, assume a **liberdade dos professores no**

desenhar do currículo, a qual se esgota perante a prescrição dos exames nacionais (exceto os exames dos 4.º e 6.º anos de escolaridade, já anulados), assim como na pressão dos resultados académicos e dos rankings das escolas; uma outra, intrinsecamente ligada aos exames e rankings referidos, apresenta os métodos de ensino como a centralidade da ação profissional dos professores, ou seja, é na técnica do processo de ensino que reside a resposta à pressão dos resultados, sendo-lhes desta forma imputada a total responsabilidade para o sucesso dos alunos, como se os contextos socioculturais nada significassem na vida de todos os intervenientes do processo de ensino e de aprendizagem. Por outro lado, se esta não foi a realidade proposta, de que serviu acabar com a gestão flexível do currículo?

A política curricular diz respeito a um conjunto de princípios educativos e curriculares, de regras e de estratégias que visam definir e orientar a oferta educativa. Neste sentido, a política curricular é a política que representa a expressão de uma legitimidade e de um poder relacionados com tomadas de decisão sobre a seleção, a organização e a avaliação dos conteúdos de aprendizagem. Por este facto, a FENPROF entende que **qualquer alteração nesta área deve ser sempre precedida de uma ampla discussão pública e social**.

Não assumindo este princípio, **as alterações curriculares emanadas pelo XIX Governo Constitucional, PSD/CDS, foram apenas baseadas em conceitos abstratos**. O que está subjacente por detrás dessas definições, não é a de um aluno concreto, é a de um aluno médio abstrato. Um aluno médio, uma escola média, uma turma média, um professor médio, etc.

Na esteira de João Formosinho, o que deve ser tido como **importante é que a escola se organize pedagogicamente para todos e para cada um**, o que implica que a questão da diferenciação pedagógica seja clara e assumida, isto é, que se possa partir para uma diferente organização pedagógica. Colocar a organização pedagógica da escola (uma gramática organizacional com mais de 150 anos e desenhada a partir da escola de elites) como uma discussão importante a realizar, contribuiria muito para uma mudança que se quer positiva e real nas escolas, independentemente das continuidades políticas educativas verificadas.

Ficou patente que o tempo que acabamos de viver não foi o tempo orientado para as solidariedades, da formação dos indivíduos cooperativos e solidários. Nos últimos anos, como resultado das mudanças que têm vindo a acontecer na esfera social e política, com as inevitáveis consequências económicas, **a educação tem vindo a ser progressivamente sujeita aos desideratos do mercado de trabalho e pouco mais tem sido**

do que um instrumento de legitimação de uma divisão social desigual, com a crescente instrumentalização da educação ao serviço do recurso humano, organizado, gerido, valorizado, desclassificado, reciclado e, dado o caso, abandonado em função da sua utilidade para o emprego.

Vive-se hoje um *tempo político* novo. Um tempo e uma janela de oportunidade. Um tempo em que o carácter competitivo, individualista e alienado, marcado pelo hiperconsumo, pela mercantilização de qualquer bem ou serviço, pela intolerância e pelo conflito, obriga a um plano ambicioso para a educação, que se afigura tão necessário quanto urgente. A escola não pode deixar de responder a estes desafios neste novo contexto político, onde as expectativas são altas. **É tempo de exigir o regresso a uma profissionalidade crítica e reflexiva**, onde a autonomia individual e os processos criativos, conjugados com corredores de liberdade individual, sejam cada vez mais e maiores.

A valorização da função social da escola pode ser promotora, e até estimuladora, de **processos democráticos de transformação social** em tempo de globalização.

Neste processo, várias preocupações emergem: que caminho deve a escola seguir num mundo que se mediatiza e globaliza? Como superar a crise em que se encontra, enquanto instituição potenciadora e promotora de igualdade de oportunidades para todos, vivenciando uma crise económico-financeira profunda quer a nível nacional, quer global? Como reorientar a educação no sentido de uma sociedade mais global, sem perder a especificidade nacional? **Que educação para o século XXI?** Qual o papel da escola constantemente confrontada com desafios a que não pode responder sozinha, ao mesmo tempo que é solicitada para missões que não lhe competem?

A FENPROF apresenta, de uma forma totalmente aberta e visando a necessária e ampla discussão que tais matérias devem ter, a **possibilidade de os ciclos de ensino virem a organizar-se de outra maneira**, em vez dos atuais “quatro-dois-três-três-ensino superior”. Impõe-se discutir a organização da escolaridade obrigatória, hoje de doze anos. Por exemplo, há que equacionar se a existência de um ciclo de ensino de dois anos na primeira metade deste percurso mantém a oportunidade que foi considerada em 1986, aquando da aprovação da LBSE, ou se, pelo contrário, haverá vantagem em homogeneizar a duração destes ciclos, pensada a articulação entre eles, a sua sequencialidade e a diferenciação pedagógica que se lhes venha a atribuir.

A FENPROF defende também a implementação de **políticas públicas de educação de adultos**, nas suas vertentes formais, não formais e informais, que permitam, definitivamente, afastar o espectro do analfabetismo e das baixas taxas de qualificação



dos portugueses. Tais políticas necessitam ser continuadas, fator fundamental para a sua eficácia, o que não tem acontecido no nosso país.

Desde o 25 de Abril, **poucas vezes se assistiu a um real investimento nacional nesta área**. Excluindo o generoso envolvimento das mais diversas organizações sociais e da Direção Geral da Educação Permanente, em 1974 e 1975, apenas nos finais dos anos 90 com a criação da Agência Nacional de Educação e Formação de Adultos e, posteriormente, com a Iniciativa Novas Oportunidades, se desenvolveu uma política coerente envolvendo assinaláveis meios. Práticas inovadoras, reconhecidas internacionalmente, foram colocadas no terreno, tendo obtido meritórios resultados.

Mau grado uma evidente **deriva, mais recente, do conceito da educação de adultos para uma visão “utilitarista”**, perseguindo a “empregabilidade” e a “adaptabilidade ao mercado” propostos pela Aprendizagem ao Longo da Vida – seguindo o modelo em voga nas instâncias europeias, fornecedoras dos meios financeiros disponíveis –, na primeira década deste século assistiu-se a uma inédita participação popular nos processos de reconhecimento, validação e certificação de competências. Um milhão e trezentos mil adultos inscreveram-se e cerca de quatrocentos e dez mil obtiveram uma certificação. Cerca de sessenta mil concluíram cursos de educação e formação. Não são resultados a desprezar. As justas críticas a algumas perversões do modelo institucionalizado não podem fazer esquecer os evidentes méritos.

Infelizmente, a partir de 2011, suspensa que foi a iniciativa Novas Oportunidades, o esforço do Estado para continuar a ultrapassar os reconhecidos défices nacionais quase desapareceu. Importa, portanto, **exigir ao XXI Governo uma atenção especial para com a educação de adultos**, criando as condições para que se concretize uma das políticas públicas mais necessárias no país, corrigindo erros do passado recente (como a denominada “deriva vocacionista”). O Programa do XXI Governo, apostando em “Investir na educação de adultos e na formação ao longo da vida”, dá um passo positivo ao voltar a dar a visibilidade necessária à educação de adultos.

Concluindo, a escola que desejamos é uma escola atenta ao conhecimento e aos processos da sua transmissão. Uma escola onde se aprende a aprender, a pensar, a avaliar, a protestar, a desconfiar do nosso etnocentrismo, das nossas certezas, a conviver e a ouvir os outros. Uma escola que consiga conjugar a construção da cidadania no ensino disciplinar. Uma escola que procure harmonizar o nosso interesse com o interesse coletivo e a apreciar o valor da democracia e dos direitos humanos. **Em suma, uma escola que possa promover a articulação da vida escolar com a vida fora dela.**

Gestão escolar e democracia

A gestão democrática das escolas esteve sempre no caderno reivindicativo da FENPROF porque as questões relativas à autonomia, direção e gestão dos estabelecimentos de ensino são da maior relevância para a vida das escolas – pela dimensão política que assumem e pela forma como influenciam as relações de trabalho e o clima de escola.

As alterações legislativas introduzidas nesta área, particularmente a partir de 2008, representam um **grave retrocesso no funcionamento democrático das escolas**. A concentração de poderes num órgão de gestão unipessoal, inibindo as práticas democráticas colegiais e até os processos eleitorais, ou a limitação da participação dos professores nas decisões pedagógicas e de política educativa, são sinais de um novo paradigma: o gerencialismo na educação escolar.

O impacto negativo do atual modelo é cada vez mais sentido nas escolas, sendo frequentes situações de abusos de poder que levam a um crescente sentimento de insegurança e de medo. A situação só não é mais grave porque as características pessoais de alguns diretores ainda vão conseguindo contrariar a natureza do modelo e as práticas que favorece.

Sete anos passados sobre a entrada em vigor do Decreto-lei n.º 75/2008, de 22 de abril, torna-se por demais evidente que muitos dos problemas que as escolas hoje enfrentam estão relacionados com a sua organização e gestão. A construção de um **outro regime de direção e gestão das escolas torna-se, assim, um objetivo reivindicativo da maior importância** para os professores e para a FENPROF.

O modo de vida democrático aprende-se com experiências democráticas. É pela prática democrática e através do exercício de direitos essenciais como a participação e a eleição, que se vive a democracia. As crianças e os jovens são socializados – ou não – para os valores da democracia, da cidadania, do diálogo, da participação, através da vivência numa organização onde estão cada vez mais anos da sua vida. A democratização do governo da escola deve, por isso, ser defendida não só pelo seu valor intrínseco no quadro da garantia dos direitos sociais e de cidadania, mas também pelo seu impacto na promoção de uma educação para a democracia e para a participação social e cívica.

A elegibilidade e a colegialidade dos cargos de direção e gestão (de topo e intermédia) são marcas distintivas da administração das escolas em Portugal. E a FENPROF considera que a assunção destes princípios é absolutamente decisiva para a promoção de uma escola pública e democrática. Uma escola que não é democrática no seu funcionamento e organização não educa para a democracia.

A participação e a democracia são também valores fundamentais no ensino superior. Contudo, o Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES) publicado em 2007, ao pretender dificultar algumas práticas menos conformes ao interesse público, caiu no polo oposto. Este diploma veio limitar drasticamente a participação, designadamente no que respeita à colegialidade dos órgãos académicos, reduzindo muito os seus poderes e o número dos seus membros e facilitando a instauração de formas de gestão de pendor autocrático, desconformes com as condições para o exercício da liberdade académica, coartando a iniciativa individual e coletiva, bem como a criatividade, essenciais às missões do ensino superior.

Descentralização e autonomia

Algumas das distorções do modelo atual de direção e gestão (educação pré-escolar e ensinos básico e secundário) ficaram, de resto, patentes no **recente processo de delegação de competências para as autarquias** ao abrigo do Programa Aproximar Educação (PAE). Um processo em que os professores foram totalmente colocados à margem e em que os diretores foram os principais interlocutores das autarquias, em detrimento dos conselhos gerais, que supostamente teriam de dar parecer positivo, mas cuja posição foi ignorada, sempre que da votação resultou a rejeição do modelo.

Esta situação desmonta a **retórica inconsequente da autonomia das escolas**, que alegadamente o PAE pretendia reforçar – ideia paradoxal, num quadro em que as autarquias passam a intervir nas áreas curricular, pedagógica e de gestão de recursos, com as escolas a perder ou a partilhar com os municípios competências que anteriormente estavam na sua esfera de decisão.

A FENPROF denunciou o secretismo que caracterizou a negociação e assinatura de contratos interadministrativos de delegação de competências com quinze municípios, assim como a ausência de uma discussão séria e ponderada sobre o conteúdo e as implicações dessa contratualização (ao nível do financiamento da educação pública, da gestão pedagógica e curricular e da gestão do pessoal docente). Inaceitável é a dupla tutela que **deixará a escola entre o poder concentrado do centro e o poder municipalizado, numa espécie de centralismo local**. Ou, ainda, que a transferência para os municípios seja feita, em parte, com as competências que hoje estão atribuídas à escola.

Em consulta nacional, por voto secreto, os professores portugueses disseram “não” à municipalização da educação (98% dos votos expressos). Neste contexto, a

FENPROF defende a suspensão deste projeto-piloto, alertando para os riscos associados à municipalização da educação: o acentuar de assimetrias entre escolas de diferentes municípios; o descomprometimento do Estado em termos de financiamento e responsabilidades sociais; um maior controlo sobre as escolas; o aumento do clientelismo, do sentimento de insegurança e da desmotivação dos professores.

Por se tratar de uma reconfiguração do sistema educativo, a FENPROF exige que **qualquer processo de transferência de novas responsabilidades para o poder local seja objeto de debate público e negociação com as organizações representativas** da comunidade educativa. Um debate que garanta o envolvimento das escolas e dos professores, valorizando as suas posições e os seus contributos. E deve ser enquadrado por uma ideia que reflita os caminhos e as condições para a descentralização administrativa do país.

O **programa do XXI Governo Constitucional** (p. 109) afirma “promover a descentralização e a desburocratização do sistema educativo, enquanto elementos indispensáveis para que as escolas e os agrupamentos possam trabalhar num clima que lhes permita estar mais focados no que os alunos têm que aprender”. Refere ainda que “é fundamental consolidar e alargar significativamente o regime de autonomia, administração e gestão das escolas e agrupamentos, como elemento central do esforço de descentralização das competências até agora concentradas no Ministério da Educação, com reforço da legitimidade e da responsabilidade dos seus órgãos de administração e gestão. Este esforço tem como elemento fundamental a consolidação da autonomia pedagógica das escolas e dos professores”.

A FENPROF tem reafirmado que a valorização da escola, como espaço organizacional dotado de autonomia, só é possível num quadro de descentralização da administração educativa, considerando que enquanto esta se mantiver fortemente centralizada, a autonomia das escolas continuará a ser sistematicamente contrariada, quer por uma regulamentação excessiva, quer por práticas de ingerência da administração. Destas, releva-se **a imposição administrativa de mega-agrupamentos de escolas – um exemplo paradigmático da prevalência de critérios economicistas** sobre critérios de natureza pedagógica e uma opção de ordenamento da rede que urge corrigir, apesar de esta matéria estar totalmente ausente do programa do novo governo para a Educação.

Descentralizar é transferir poderes (competências e meios) do nível central para outros níveis do sistema. Neste sentido, importa clarificar que competências devem ser descentralizadas e para que órgãos.

A FENPROF defende há muito a transferência de competências para o nível

local e para a escola e, a estes dois níveis, para órgãos próprios, democraticamente legitimados e com adequada representação escolar e comunitária.

No que toca ao nível local, **a Federação defende a criação de conselhos locais de educação (CLE)**, estruturas onde os municípios têm um papel importante mas não determinante. Estes CLE são órgãos locais de administração educativa, de representação ampla e pluralidade de interesses, com competências próprias (por exemplo, a organização da rede escolar e a definição das áreas vocacionais a adotar no ensino secundário ou das componentes curriculares locais). Não são órgãos de tutela das escolas – são instâncias privilegiadas de territorialização das políticas educativas nacionais e espaços de encontro das escolas de uma determinada área, que aí devem poder articular e potenciar projetos educativos que, autonomamente, cada uma concebe, desenvolve e avalia.

Ao nível da escola, a FENPROF defende a existência de um órgão de direção forte, a que chama **conselho de direção, constituído por representantes de todos os intervenientes diretos na vida escolar** (professores, funcionários, alunos e pais/ encarregados de educação), com poderes no domínio das decisões de política educativa e de orientação pedagógica. Para a Federação, a gestão escolar deverá estar subordinada ao poder democrático do órgão de direção.

Concretamente, e em paralelo com as competências que deverão ser transferidas para o nível local, **a FENPROF defende que as escolas têm que dispor de uma efetiva autonomia em áreas essenciais** e que, nesse âmbito, devem, nomeadamente, poder:

- Tomar **decisões curriculares**, tendo em conta os contextos sociais, culturais e económicos e a sua adequação ao nível pedagógico e administrativo (sem pôr em causa o currículo nuclear nacional);

- Definir o seu **modelo de organização**, com vista ao desenvolvimento dos seus projetos educativos e dos processos de ensino-aprendizagem, de modo a que estes promovam a consecução dos objetivos gerais e específicos aprovados pelas escolas;

- Definir a composição e as competências das **estruturas de gestão intermédia**;

- Decidir sobre a organização dos **espaços, tempos, e números de alunos por turma**;

- Definir e gerir os **créditos horários** destinados ao desenvolvimento de projetos e ao desempenho de cargos, incentivando a colegialidade e a cooperação;

- Elaborar as suas **regras internas de funcionamento**, assumindo o regulamento interno como um instrumento ao serviço das opções expressas no Projeto Educativo de Escola.

No que toca concretamente à gestão pedagógica, **a FENPROF entende o conselho pedagógico como o centro nevrálgico da**

pedagogia. E de pedagogia deve tratar quem sabe – os docentes. Assim, este órgão será composto por educadores e professores, entre os quais se encontrará o seu presidente por um processo de eleição, assim como os seus elementos constitutivos que devem ser eleitos pelas estruturas de gestão intermédia e de supervisão pedagógica. Antes de mais, importa clarificar a separação e complementaridade entre direção e gestão escolares, com a segunda subordinada à primeira, garantindo, desta forma, a prevalência de critérios pedagógicos e científicos sobre critérios administrativos ou quaisquer outros.

O conselho pedagógico é encarado como uma secção do conselho de direção, e se é o órgão de direção pedagógica da escola, então **será responsável pela definição do modelo de organização do processo de ensino-aprendizagem**, nomeadamente o tipo, as competências e a composição das estruturas pedagógicas intermédias, tornando o seu funcionamento menos burocrático, reforçando a coordenação pedagógica e a articulação curricular e adequando-o à realidade de cada comunidade educativa. Deverá, ainda, competir ao conselho pedagógico a flexibilização e a organização dos espaços, tempos, agrupamentos de alunos e apoios educativos.

Quanto ao **conselho de gestão, será composto por uma equipa eleita de professores**, a quem cabe realizar a gestão quotidiana das escolas nos domínios pedagógico, administrativo e de pessoal, no respeito pelas orientações do órgão de direção, cujas decisões lhe cabe executar e fazer executar.

A FENPROF defende que **na autonomia das escolas não devem estar implicadas:**

- A **contratação dos docentes** pelas escolas (ou pelos municípios). A situação de enorme instabilidade a que estão ainda sujeitos milhares de docentes ver-se-ia agravada num contexto de arbitrariedade e falta de transparência e equidade.

- A livre **seleção dos alunos** pelas escolas. O Estado tem a obrigação, constitucionalmente consagrada, de organizar uma rede pública de educação que permita aos alunos frequentar uma escola próxima da sua residência. Se isso não for garantido, é o próprio direito à educação que é posto em causa.

- A **dotação global de um orçamento** às escolas, que inclua despesas com pessoal. Sendo necessária uma maior intervenção das escolas na determinação dos seus orçamentos, assim como uma maior flexibilidade na gestão das verbas relativas às despesas correntes e de capital, a atribuição desta dotação global, sobretudo no quadro de subordinação a que as escolas estão sujeitas, criar-lhes-ia dificuldades acrescidas, por um lado porque poderiam vir a ter que equacionar dispensar pessoal para poder fazer face a outras despesas, e por outro porque

teriam que afetar mais recursos humanos à gestão financeira, acabando por prejudicar o desenvolvimento de trabalho na vertente pedagógica.

- A atribuição às escolas de **personalidade jurídica para efeitos de recurso a créditos** bancários, numa lógica de autofinanciamento. Independentemente das receitas próprias que algumas escolas já hoje conseguem obter, sublinhamos a responsabilidade do Estado no financiamento da rede pública de educação e ensino.

É comumente aceite que é necessário reforçar a autonomia das escolas. Importa, contudo, **clarificar o conceito de autonomia** – quando falamos de autonomia falamos de poder de decisão, de democracia e de participação? Ou apenas da possibilidade de as escolas executarem de forma mais ou menos criativa decisões centrais? Ou ainda da desregulação do sistema público de ensino e da sua privatização?

A autonomia das escolas não é uma questão técnica, **é uma questão essencialmente política**. Por isso, as medidas de reforço da autonomia podem assumir diferentes objetivos e modalidades de concretização, em função das perspetivas políticas que as sustentam.

São estas perspetivas que têm que ser discutidas, no quadro de um projeto político nacional e dos princípios fundadores da Escola Pública, como um bem comum: a universalidade do acesso, a igualdade de oportunidades e a promoção do sucesso educativo de todos. E por isso a FENPROF afirma que **se pode defender a autonomia das escolas, recusando a desresponsabilização do Estado** em matéria de educação e ensino, recusando a desregulação da oferta pública nacional de ensino, recusando um sistema de recrutamento de professores arbitrário e pouco transparente e recusando a desregulamentação da profissão docente e a restrição de direitos essenciais à sua dignificação e indispensáveis ao desenvolvimento da escola como um espaço mais autónomo, livre e democrático.

Cabe aqui, por inteiro, ainda uma referência às instituições do ensino superior. A pretexto da “consolidação orçamental”, foram-lhes impostas fortes restrições à sua autonomia administrativa e financeira nestes últimos anos, **levando algumas universidades a pretenderem transformar-se em fundações** com regime de direito privado, como forma de tentarem libertar-se, alegadamente, do “espartilho” da burocracia do Estado. Trata-se, ao mesmo tempo, de um engodo para justificar, a prazo, uma ainda maior redução da responsabilidade do Estado, designadamente, pelo seu financiamento, e uma confissão de impotência política da tutela para conseguir que sejam salvaguardadas a nível da política governamental as condições para garantir uma gestão eficaz e eficiente, às instituições do ensino superior, sem que

tenham de abandonar o regime público, dando assim cumprimento ao estabelecido na CRP.

Perfil profissional docente

No momento de viragem política que se vive em Portugal, é indispensável que apareça, no primeiro plano da inversão de caminhos que urge começar a percorrer, a **necessidade de uma identidade profissional docente centrada no reconhecimento do insubstituível papel dos professores**, enquanto agentes de mudança e co-construtores de um melhor futuro.

É nos momentos decisivos que se devem tomar as grandes decisões. Tenhamos a coragem, pois, de afirmar que **não há futuro para a educação neste país sem que os professores se voltem a sentir entusiastas do conhecimento**, condutores de aprendizagens significativas dos seus alunos e dinamizadores de um espaço-escola cooperativo e empenhado na formação dos cidadãos responsáveis que o país precisa.

A desqualificação da profissão docente tem sido um objetivo carregado de intencionalidade dos políticos neoliberais que nos governam há (demasiados) anos. Contar com docentes obedientes, submissos, conformados, sujeitos a uma burocracia asfixiante e facilmente comandados tanto por tutelas próximas como distantes e que não suportam quaisquer rasgos de autonomia pessoal ou coletiva, é um desígnio claro destas políticas retrógradas que procuram, já sem disfarces, a elitização dos sistemas educativos.

Há que dizê-lo frontalmente e sem subterfúgios – **elitizar os sistemas educativos públicos é a fórmula mais curta para o caminho da sua privatização**. Os professores devem perceber que, também por esta via, estão a ser instrumentalizados e o que deles espera quem tal promove é, tão só, a complacência perante tais desígnios.

Como a FENPROF sempre defendeu, a par de todas as movimentações progressistas na área, a Educação não pode nunca ser equacionada como se de uma mercadoria se tratasse. Por isso mesmo, **a FENPROF rejeita a subordinação da educação a uma lógica mercantil**.

A situação difícil que vivemos em Portugal, acentuada pela crise económico-financeira iniciada em 2008 e pelas políticas ultraliberais de que o XIX Governo Constitucional (PSD/CDS) é exemplo paradigmático, têm contribuído para uma **cada vez maior degradação da Escola Pública**, tornando-a distante do que Riccardo Petrella considerava como “um local onde se constrói o laço social, onde deve elaborar-se a democracia da vida”.

A escola tem de voltar a ser uma instituição social de referência e, para isso, é fundamental assumir, quer do ponto de vista social quer político, que **os professores são parte indispensável** da argamassa com

que se constroem as suas paredes. Estes professores, indispensáveis à escola do futuro, só poderão ser professores motivados, confiantes na sua preparação e capacidades, usufruindo da autonomia pedagógica inerente a esta profissão.

Claro que **autonomia pedagógica não significa individualismo** mas, bem pelo contrário, cooperação, entreajuda, participação e partilha, com os seus pares, dos saberes que todos têm e devem ser colocados ao serviço de projetos exigentes que visem as aprendizagens de qualidade a que todos os seus alunos têm direito.

A FENPROF sabe **que esta forma de estar na escola e na educação está nos antípodas do professor funcionário** que os neoliberais projetaram, impulsionaram e tentaram estabelecer como facto consumado e irreversível. O que não avaliaram devidamente foi a capacidade de resistência de muitos professores a este *diktat*, que, insubmissos, conscientes e organizados em torno de sindicatos representativos e combativos, se mostram dispostos a percorrer outros caminhos.

No nosso país, o poder quase discricionário da direita, levou a cabo uma ofensiva legislativa que procurou deixar raízes inamovíveis de um pensamento retrógrado da educação e dos educadores que a concretizam. **É tempo de demonstrar que nada é inamovível** e que é possível inverter os caminhos seguidos. A FENPROF afirma convictamente que tal é necessário e possível.

É essa possibilidade que, depois de assumida, deve ser trabalhada ao nível de propostas concretas que apontem para a **reversão das medidas constrangedoras do perfil profissional docente** que a FENPROF defende.

Uma dessas medidas é o **modelo de avaliação do desempenho docente** atualmente em vigor. Pensado para ser, antes de tudo, um colete de forças da autonomia e criatividade dos professores, tal modelo aposta tudo na burocratização de processos, no controlo férreo da atividade docente, no alimentar de posturas subservientes perante um poder hierárquico de proximidade assente na unipessoalidade da gestão escolar, em suma, em funcionarizar os professores ao limite.

Este estatuto de **funcionário obediente e servil**, implementado pelos poderes políticos dos últimos anos, é encarado pela FENPROF como absolutamente impeditivo do desempenho autónomo, criativo e responsável dos professores nas respostas que só a sua autoridade profissional pode encontrar para elevar a qualidade da educação no país e melhorar as aprendizagens e o sucesso dos nossos alunos.

Reverter esse sistema de avaliação do desempenho docente é imprescindível e constitui uma das principais exigências da FENPROF nos tempos que correm.

No ensino superior, onde a avaliação do desempenho dos docentes se realiza com base em regulamentos aprovados pelas instituições, para além dos riscos de falta de objetividade, imparcialidade e equidade, há ainda o risco de uma **grave limitação da liberdade académica dos docentes**, devido a tentações para padronizar o seu trabalho na docência, na investigação e na extensão, por via do que se valoriza mais e do que se deixa de valorizar, ou se valoriza menos, com graves prejuízos para o cumprimento cabal e equilibrado de todas as dimensões da atividade dos docentes.

Em paralelo com aquela exigência de reversão, coloca-se também uma outra de grande alcance, relativa **à definição do horário de trabalho que os professores estão obrigados a cumprir**. Também nos últimos anos se acentuou a sobrecarga de trabalho que impende sobre estes. Ela é resultante da incorreta definição do que é trabalho letivo e não letivo, do “afogamento” em tarefas burocráticas e reuniões excessivas, da sujeição a discricionariedades hierárquicas de vários tipos, de uma exposição social agressiva, debilitante e cansativa e, não menos, da não contratação dos docentes necessários para substituir os que saem por motivos diversos (da aposentação à não renovação de contratos derivada de cortes orçamentais, como sucede, por exemplo, nas instituições de ensino superior).

Recompor toda a arquitetura de suporte ao quotidiano profissional docente é uma urgência para o relançamento da qualidade do que se ensina e aprende nas nossas escolas e que a FENPROF coloca em primeiríssimo plano das urgências legislativas do novo governo de Portugal.

Há ainda uma outra área do sistema educativo que urge regressar a uma certa normalidade, que já teve, antes da fúria neoliberal que nos assolou, que é a de se conseguir **retomar a lógica de dotar os quadros das escolas do número suficiente de profissionais** necessários ao cumprimento da sua insubstituível função social. Referimo-nos, naturalmente, à afetação de professores às escolas e às regras de concurso para que isso ocorra.

Não equacionando sequer a arbitrariedade e o compadrio de colocações ao nível de escola, a normalidade só será restabelecida a partir de um redimensionamento dos quadros de escola de acordo com as suas reais necessidades, de **concursos públicos que respeitem a graduação profissional** dos docentes que a eles se sujeitam, que garantam a anualidade da sua realização ao mesmo tempo das garantias de estabilidade laboral e fixação dos professores a escolas de dimensão humanizada, e não megaempresas educativas que desincentivam o trabalho cooperativo e solidário de profissionais estimulados para dar o seu melhor.



No ensino superior, o RJIES e os atuais estatutos das carreiras docentes, universitária e politécnica, consagram normas que definem valores mínimos para lugares de carreira, face ao número dos docentes convidados, bem como de efetivos mínimos nas categorias mais elevadas e, no caso do ensino politécnico, também de especialistas. O facto é que tais normas não têm sido cumpridas. Entre outros efeitos, isto **tem levado à não renovação dos corpos docentes**, cuja idade média já é elevada, dificultando ou impedindo a continuidade do nível já conseguido de produção científica e pedagógica em importantes áreas do saber, com graves prejuízos para o país.

A **identidade profissional docente** é uma construção, permanente e sempre inacabada, cuja vitalidade beneficia muito de um acreditar e sentir a profissão, apanágio de quem se sente estimulado.

Os professores querem ser exigentes, rigorosos e empenhados no seu trabalho e, para isso, **dispensam claramente tutelas autoritárias**, venham de onde vierem, sempre cerceadoras da liberdade de pensamento, bem como do livre exercício da sua atividade.

Só com docentes qualificados, motivados e integrados em escolas e agrupamentos de dimensão humana aceitável, se poderá atingir uma educação de qualidade e de sucesso para todos. Com este pressuposto, a **FENPROF defende**:

- **A valorização e dignificação do papel do professor** junto da comunidade educativa e da opinião pública em geral, pelo que importa redefinir, nesse sentido, e cumprir os estatutos de carreira;

- **A criação de condições de estabilidade** do pessoal docente nas escolas, rejeitando a cultura do descartável e valorizando o papel da comunidade escolar na consecução de escolas de qualidade e, no caso do ensino superior, atribuindo aos docentes as condições previstas na lei para a aquisição do doutoramento (dispensa de serviço docente e isenção de propinas);

- **A criação de equipas multidisciplinares** de intervenção em áreas como a saúde, o serviço social, o apoio psicológico, etc., que permitam aos professores e educadores centrarem o seu *empenho* no ensino e na educação, não se dispersando por múltiplas tarefas burocráticas e inúmeras funções que outros técnicos podem executar com melhor preparação.

CAPÍTULO 3 A importância do sindicalismo e da sindicalização num tempo que continua a ser dos sindicatos Uma breve referência à história do sindicalismo em Portugal

Com o 25 de Abril, os trabalhadores portugueses reconquistaram, ou alcançaram mesmo, importantes direitos negados ao longo de quase meio século. Constituem património da nossa democracia e fundamentos importantes do regime constitucional. Um deles é o da **liberdade de exercício da atividade sindical**.

É **inegável a importância dos sindicatos**. Através da sua ação e a dos seus associados, têm assumido um papel central na resistência e no combate à crescente ofensiva contra os direitos sociais e as condições de vida dos trabalhadores. Esta ofensiva vem sendo acompanhada de uma poderosa ação ideológica que visa incutir as ideias de inevitabilidade face às regras impostas pelos mercados e a de que o neoliberalismo, expressão mais extremada do capitalismo, seria o caminho – o “único” caminho –, num tempo em que a luta de classes restaria, tão só, como memória do passado. A precariedade e os baixos salários passariam a ser a moderna matriz das relações laborais, num tempo histórico em que a estabilidade e o “emprego para a vida” já não teriam razão de existir. A aceitação deste “inevitável caminho” teria como contrapartida, também única, o emprego.

A importância do sindicalismo para a classe trabalhadora está bem patente na sua **capacidade de resistência, apesar dos duros ataques movidos contra os sindicatos**. Os trabalhadores compreendem a importância do sindicalismo na defesa dos seus direitos e interesses, daí que se tenham frustrado as expectativas de quantos previam que os sindicatos não iam resistir ao virar do milénio. Mais do que uma previsão, esse foi um desejo de alguns que, no entanto, não viram concretizado.

Em Portugal, **a organização sindical de classe surgiu após 1873**, com a criação da Associação dos Trabalhadores da Região Portuguesa, que passou para plano secundário a finalidade mutualista do associativismo, à época existente. A vertente reivindicativa do associativismo passou a prevalecer, o que não agradou ao poder monárquico.

Com a implantação da República, em 1910, sindicatos e sindicalistas continuaram a ser perseguidos. Da calúnia à prisão, a tudo foram sujeitos por essa sanha persecutória. Em 1914 assiste-se a algum alívio da pressão exercida sobre os sindicatos e é nesse ano que se constitui a União Operária Nacional (UON). Promovia um sindicalismo de classe.

Porém, as divisões internas e os conflitos no seio da própria UON eram fortes, o que fragilizou o movimento.

Depois do golpe fascista de 28 de maio de 1926, a perseguição dos sindicalistas conhece um novo recrudescimento e em 1933, com a aprovação do estatuto do trabalhador nacional, os sindicatos de classe são extintos.

Apesar de todas as perseguições, **nunca os trabalhadores baixaram os braços**. Embora o confronto fosse difícil, dado o carácter violento do poder, continuaram a lutar, surgindo, então, as primeiras formas de organização da ação e luta sindicais. Momento marcante dessa luta clandestina mas organizada foi a revolta dos trabalhadores vidreiros da Marinha Grande, em 1934. A partir de 1944, algumas direções sindicais eleitas pelos trabalhadores passaram a ser efetivamente representativas.

Momento muito alto da história recente do sindicalismo em Portugal ocorreu em 1970, no dia 1 de outubro: **a criação da Intersindical Nacional**. A Intersindical Nacional deu um insubstituível contributo à luta contra o fascismo, tendo sido muito importante na criação de condições para um dos mais importantes acontecimentos da história do nosso país: o 25 de Abril de 1974.

Já em pleno período revolucionário, realiza-se o 1.º Congresso da Intersindical (25 a 27 de julho de 1975) que aprova os seus primeiros estatutos e programa de ação. Em 1977 (27 a 30 de janeiro) tem lugar o Congresso de Todos os Sindicatos em que participam 1.147 delegados em representação de 272 sindicatos, 13 federações e 17 uniões. Era criada a **Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses – Intersindical Nacional (CGTP-IN)**. Com a consolidação da democracia, a CGTP-IN reforçou-se como organização verdadeiramente representativa dos trabalhadores em Portugal.

Se a organização sindical de todos os trabalhadores portugueses tem uma história vibrante e riquíssima de ação e luta, **a organização sindical dos professores não lhe fica atrás e deve orgulhar todos os docentes e investigadores** portugueses pela ação que desenvolveu, pelos objetivos reivindicativos que colocou e pelo conceito de sindicalismo que adotou. Em tempo de grandes divisões políticas, que também se faziam sentir no seio do movimento sindical, os sindicalistas conseguiram sempre encontrar objetivos unificadores da luta dos professores e dos investigadores científicos.

Já então a luta era considerada a forma adequada de obter resultados positivos. Em 1905, por exemplo, é publicado o decreto da Reforma do Ensino Secundário que introduz importantes alterações à de 1901. Tais alterações resultavam dos veementes protestos de toda a comunidade educativa, nos quais os professores tinham assumido um importante papel. Face aos resultados

obtidos, o presidente da comissão dos liceus do país escreve que *“No nosso país, só pela luta acalorada e forte é que podemos triunfar através dessa massa de indiferentes, ineptos e amorfos que nada produzindo têm o riso alvar dos inconscientes e daqueles que não têm no cérebro uma ideia por mais disparatada que seja, nem uma iniciativa seja de que género for. Os governos só cedem em Portugal por meio do protesto unânime, eloquente dos que sofrem...”*.

Fixando-nos no período posterior à implantação da República, em 1911, no Porto, é criado o Sindicato dos Professores Primários de Portugal que já introduz nas suas principais preocupações a defesa dos interesses sócio profissionais dos professores. Em 1912 é criada a Associação do Magistério Oficial dos Liceus e Escolas Industriais, que defende a democratização do associativismo, abrindo-o a todos os professores, sejam ou não permanentes, tanto dos liceus como das escolas industriais. Em 1918, surge a Liga Nacional do Professorado Primário Português que rompe definitivamente com o modelo mutualista e se enquadra numa conceção claramente identificada com os princípios do sindicalismo de classe. Ainda neste ano de 1918, na sequência da Reunião Magna de Aveiro, são dados os primeiros passos para **a criação da mais importante organização sindical de professores da Primeira República: a UPPPOP – União do Professorado Primário Oficial Português**.

A UPPPOP constituiu-se, em congresso, em 20 de junho de 1918, cria um jornal, o “Professor Primário”, que será editado até 1932 e na sua primeira reunião extraordinária, em Coimbra (agosto de 1918) propõe um entendimento com a União Operária Nacional (UON) para **“reclamar o levantamento da escola primária como primeiro baluarte da emancipação dos povos”**. Em 1919 participa no Congresso de Coimbra da UON, onde esta se transforma em Confederação Geral do Trabalho (CGT).

A UPPPOP luta pelo emprego, num momento em que o desemprego atinge 30% dos 9.000 professores de então; luta por uma aposentação digna (aos 25 anos de serviço, com os vencimentos e melhorias existentes à altura da aposentação); luta contra a municipalização do ensino primário; debate temas, nos seus congressos, como “Os horários escolares em face dos estudos feitos sobre a fadiga intelectual”; exige que se reduza o número de alunos por turma que chegavam a atingir os 50.

Esta postura esclarecida e reivindicativa levou a que o governo tivesse ameaçado proibir o congresso da UPPPOP, de 1920, que, no entanto, acabou por se realizar em Coimbra. Em 1924, no congresso realizado em Braga, a UPPPOP aprova a possibilidade de filiação de docentes do ensino infantil, de professores das escolas normais e escolas primárias superiores e de

inspetores. Passa a designar-se por União do Professorado Primário Oficial do Ensino Geral e Infantil.

Já depois do golpe de 28 de maio, em 1926, realiza-se o último congresso da União e **é sob ameaça de prisão que, em janeiro de 1927, tem lugar a última reunião** do seu Conselho Federal.

Também por serem bastante menos, **a organização e a atividade dos professores liceais era mais reduzida**. A direção da Associação do Magistério Oficial só em 1925, por pressão de professores de vários liceus, retoma a atividade que praticamente tinha desaparecido e em 1927, no Porto, são aprovados os estatutos da Federação das Associações dos Professores dos Liceus Portugueses

Em 23 de setembro de 1933, por força do artigo 39.º do decreto n.º 23.048, os funcionários públicos são proibidos de se associarem, todas as organizações de professores são extintas e, durante mais quarenta anos o fascismo que se abateu sobre o povo português provocou muitas vítimas, mas, **ainda que clandestina, a luta nunca parou**.

Ainda antes do 25 de Abril de 1974, surgem movimentações de professores que se organizavam em torno dos designados **Grupos de Estudo**. Em 1970 surge, em Lisboa, o Grupo de Estudos dos Professores Eventuais e Provisórios, que exige o pagamento das férias e a recondução em serviço. Os Grupos de Estudo estendem-se ao Norte, Centro e Sul. Em 1971 transformam-se em Grupos de Estudos dos Professores do Ensino Secundário (GEPDES) para, dois anos mais tarde, se alargarem aos do Ensino Preparatório.

Para além de debates e tomadas de posição, estes GEPDES, que são fruto da chegada à profissão de jovens que viveram as intensas lutas académicas dos anos 60, **promovem vários abaixo-assinados** que recolhem inúmeras adesões. Em 1971, são 480 subscritores de posição sobre a situação dos professores provisórios e eventuais; em 1973, mais de duas mil assinaturas exigem o pagamento de 12 meses de salário; ainda nesse ano, mais de 3.500 protestam pelas dificuldades resultantes dos baixos vencimentos; no início de 1974 são 8.000 assinaturas a exigir melhorias salariais, face ao aumento do custo de vida e a equiparação a outras profissões.

Entretanto, ainda no início de 1974, **os GEPDES são equiparados pelo governo a associação secreta**, o que motivou o protesto, em abaixo-assinado, de 1.500 professores. Esta equiparação colocou sob ameaça de prisão os seus dirigentes. Nestas lutas, alguns futuros dirigentes sindicais assumiram papel relevante. Foram os casos, por exemplo, de António Teodoro, que viria a ser presidente do SPGL e primeiro secretário-geral da FENPROF, eleito em 1983, ou de António José Costa Carvalho, primeiro diretor



da revista “O Professor”, que seria membro fundador do SPN.

Logo após o 25 de Abril de 1974, são criados os Sindicatos de Professores, cujos primeiros e principais dirigentes são oriundos dos GE. O desvirtuamento da vida sindical, o seu afastamento das escolas, a adoção de uma prática sindical contrária aos interesses dos professores e, como corolário dessa prática antissindical, a adesão à UGT por parte do SPZC e do SPZN, levaram a que os professores das regiões centro e norte constituíssem, em abril e novembro de 1982, respetivamente, o SPRC e o SPN. Rapidamente estas organizações sindicais tornaram-se as mais representativas das suas regiões.

Em abril de 1983 foi constituída, em Congresso, a Federação Nacional dos Professores (FENPROF) que, 33 anos depois, continua a ser a maior e mais representativa organização sindical de docentes em Portugal.

A importância do sindicalismo

Enquanto Portugal se democratizava, no mundo assistia-se, de forma paulatina e absolutamente programada, ao **avanço de um processo de globalização** que, como afirma António Avelãs Nunes (2013), deve ser entendido como “um projeto político levado a cabo de forma consciente e sistemática pelos grandes senhores do mundo, apoiados, com nunca antes na história, pelo poderoso arsenal dos aparelhos produtores e difusores da ideologia dominante, responsáveis pelo totalitarismo do pensamento único, assente nos dogmas do neoliberalismo”. Acrescenta Avelãs Nunes que “O neoliberalismo é o reencontro do capitalismo consigo mesmo, depois de limpar os cremes das máscaras que foi construindo para se disfarçar... é o capitalismo puro e duro do século XVIII, mais uma vez convencido da sua eternidade, e convencido de que pode permitir ao capital todas as liberdades, incluindo as que matam as liberdades dos que vivem do rendimento do seu trabalho. O neoliberalismo é a ditadura da burguesia, sem concessões. Mais especificamente: a ditadura do grande capital financeiro”.

É neste trajeto inaceitável, traçado pelos neoliberais, que hoje nos encontramos. Nele, tudo é posto em causa, quando se trata do trabalho e dos trabalhadores. Descartáveis, são meros recursos que garantem a criação da riqueza que o capital acumula. Para melhor os controlar, o capital fá-los viver, permanentemente, sob ameaça e chantagem que aumentam de cada vez que, descontentes com a exploração a que estão sujeitos, lutam pelos seus direitos.

Quando **os sindicatos reclamam estabilidade, direitos e salários dignos para quem trabalha**, logo o poder político de que o capital se serve afirma que eles, com tais

exigências, condenam os trabalhadores ao desemprego. Com um discurso hipócrita de alegada defesa dos trabalhadores, lançando incertezas em relação ao seu futuro, aquele poder político impõe, então, normas cada vez mais desfavoráveis a quem trabalha. É um serviço que presta ao poder económico e financeiro que o domina e de quem, mais tarde, espera o devido reconhecimento.

O recurso a esse tipo de chantagem sobre as pessoas foi fundamental para que, a partir de certa altura, as políticas de direita impostas por diversos governos, por iniciativa própria ou a soldo da troika, deixassem de merecer a contestação que se esperaria. O brutal aumento do desemprego e da precariedade e a redução dos rendimentos da generalidade dos portugueses não teve toda a contestação necessária porque também a ameaça do desemprego passou a pairar sobre todos. Foi, mesmo, recuperada **a velha ideia fascista de que sempre vale mais um mau emprego do que nenhum**, sendo que, neste caso, “mau” significa sem direitos, sem estabilidade, sem salário condigno.

Não há muito tempo, no final de 2015, no âmbito do debate sobre o aumento do salário mínimo, o presidente da direção da COTEC Portugal (Associação Empresarial para a Inovação) afirmava que “todos queremos que as pessoas tenham salários condignos, mas, acima de tudo, queremos que tenham emprego”. **É este o discurso do patronato e da direita: o emprego vale por si, ainda que o salário não seja condigno** e, no caso português, haja muito quem trabalhe para ser pobre, já que o seu rendimento líquido situa-se abaixo da linha que estabelece o limiar da pobreza. Há professores nestas condições, nomeadamente muitos que trabalham em horários incompletos ou em atividades de enriquecimento curricular, pagos de forma indigna.

É esta denúncia que os sindicatos continuam a fazer, é este combate pelos direitos de quem trabalha que os sindicatos continuam a assumir, é dessa luta por salários condignos que os sindicatos jamais desistirão. **Mas é ainda – e essa é a matriz do sindicalismo em que a FENPROF se revê – a luta por uma sociedade verdadeiramente democrática e socialmente justa** que, para ser alcançada, exige uma profunda transformação social, política, económica e cultural. A FENPROF assume tal matriz sindical combativa e transformadora. É o projeto sindical que faz falta aos trabalhadores e é nele que mais se reveem, daí ser essa a sua principal opção sindical.

Percebe-se que esse modelo de sindicalismo incomode os que pretendem governar ao serviço de interesses contrários aos dos trabalhadores. Alguns governantes deste jaez, tentando ocultar a sua opção de classe, chegam a afirmar que não concebem uma sociedade sem sindicatos; “não são é destes”, como explicou, um dia, em

entrevista, uma ex-ministra da Educação de Portugal. Mas estes são os sindicatos que fazem falta aos trabalhadores.

Questionou um dia John Dewey (professor e filósofo do início do século XX): **“Qual seria, hoje, a condição dos trabalhadores e das trabalhadoras, se não houvesse sindicatos?”**. E concluía: “Basta colocarmos a questão para saber que estaríamos a contemplar uma grande tragédia”. Um século depois, a reflexão não perdeu atualidade.

Para a FENPROF, a mudança não se faz apenas com luta. Esta deverá perseguir objetivos e estes deverão **assentar em propostas devidamente fundamentadas, a apresentar às entidades empregadoras e ao poder político**. Para a FENPROF, as propostas não se deverão limitar a aspetos de ordem socioprofissional, reafirmando, neste 12.º Congresso, um princípio fundamental de sempre: *tudo o que respeita à Educação e à Ciência interessa aos professores e aos investigadores; tudo o que interessa aos professores e aos investigadores, respeita à sua organização sindical mais representativa*.

A concretização deste princípio implica que a FENPROF continue a intervir sobre todas as questões que respeitam à organização e funcionamento das escolas e também dos sistemas educativo e científico, à sua gestão, às questões curriculares, à formação dos professores, à ação social escolar, ao financiamento dos sistemas públicos de educação e da ciência, à concretização dos princípios da educação inclusiva... E, claro está, **implica que intervenha em relação às questões socioprofissionais e também no plano da ética e da deontologia profissional**, não deixando por mãos alheias ao interesse dos docentes e investigadores a tomada de posição nestes domínios.

A FENPROF afirma-se com esta intervenção diversa; a FENPROF impõe-se com a apresentação de propostas concretas que resultem do debate que promove com os professores e com os investigadores; **a FENPROF reforça-se com a luta dos docentes e investigadores em torno das suas propostas**, convertidas em objetivos reivindicativos. Os tempos são adversos, mas o sindicalismo não perde importância por isso. Pelo contrário, reforça a sua importância, enfrentando a adversidade com coragem e com alternativas.

A importância da sindicalização

Ilustre-se com o que se verificou em relação aos docentes, da educação pré-escolar até ao ensino secundário, no setor público. No último triénio, o número de docentes no sistema desceu acentuadamente: quase 22%. No entanto, entre saídas de associados e novas entradas, o decréscimo de sindicalizados nos sindicatos da FENPROF limitou-se a cerca de 5%. Num contexto difícil, **tem-se**

verificado, assim, a acentuação da taxa de sindicalização na profissão.

É um **reforço importante de representatividade**, tanto mais que chegou a admitir-se uma quebra significativa, tendo em conta que estes três anos que distam do congresso anterior foram de enorme sacrifício financeiro para os trabalhadores. Neles, o governo PSD/CDS manteve o congelamento das carreiras, os cortes salariais e impôs um enorme aumento de impostos. Como acima se refere, também reduziu de forma drástica o número de docentes no sistema, recorrendo a mecanismos como as rescisões, a requalificação, a aposentação antecipada ou, no caso dos professores contratados, a não renovação ou a não celebração de novos contratos. No total, foram mais de trinta e dois mil professores afastados da profissão, aos quais haveria de acrescentar docentes de outros setores, bem como investigadores, todos eles também representados pela FENPROF.

A importância da sindicalização, tal como se referiu antes em relação ao sindicalismo, também já era tema de reflexão de John Dewey: **“Por que é que se pertence a uma organização de professores deste tipo, em vez de simplesmente a uma de outro tipo?”** Há necessidade de uma organização de trabalho agressiva, que represente todos os interesses que os professores têm em comum. E que, ao representá-los, represente também a proteção das crianças e dos jovens nas escolas contra todos os interesses externos, económicos, políticos e outros, que usariam as escolas para os seus próprios fins e, com isso, reduziriam o corpo docente a uma condição de vassalagem intelectual”. Estávamos no início do século passado, mas também aqui se constata a impressiva atualidade do pensamento do pedagogo que, em coerência, também foi sindicalista empenhado.

A importância de ser sindicalizado avalia-se, também, na razão direta dos ataques dirigidos aos sindicatos, sobretudo pelas entidades patronais, por governos que estão ao serviço do capital e por comentadores com eles coniventes. Com o sindicato, os trabalhadores organizam-se na elaboração de propostas e também no desenvolvimento da luta; com o sindicato, a negociação e a contratação ganham um carácter coletivo que dá força aos trabalhadores pois, isoladamente, estariam em situação de grande fragilização face ao poder político e à entidade patronal.

O sindicato é o conjunto dos trabalhadores que representa. Desses, alguns são eleitos para assumirem a sua direção, mas o sindicato não se resume aos dirigentes ou delegados sindicais eleitos. **O sindicato são todos os que nele se encontram filiados**, estendendo-se a muitos que influenciam na tomada de posição e na luta. Mas o sindicato ganha sempre mais força

com a sindicalização. Porque representa mais trabalhadores; porque garante mais recursos para o desenvolvimento da ação; porque aumenta a diversidade do grupo profissional que representa.

Os professores são, em Portugal, **um dos grupos profissionais com mais elevada taxa de sindicalização**. O mesmo acontece se compararmos o nível de sindicalização dos docentes portugueses com o de boa parte dos países europeus. A FENPROF é, com grande destaque, a organização mais representativa, porque é nela que se revê a grande maioria dos docentes, sendo provavelmente essa a razão por que nunca o poder aceitou levar por diante processos de medição da representatividade que fossem consequentes.

A FENPROF, contudo, não se dá por satisfeita, **devendo colocar a sindicalização no topo das preocupações**. Essa é condição para o seu reforço. O campo para a sindicalização é muito largo. Há baixas taxas de adesão, por exemplo, no ensino particular e cooperativo e no ensino superior e na investigação, apesar de, ultimamente, estes terem sido dos setores em que se verificou maior crescimento; sem esquecer que, também nos outros sectores do ensino público, em todos os níveis de educação e ensino, ainda há muitos docentes para juntar a este já imenso coletivo.

Sobre o futuro dos sindicatos e a importância de ser sindicalizado, José Paulo Serralheiro escrevia, em 2008, o seguinte: **“Está longe o fim dos sindicatos**. Tão longe que uma parte importante dos trabalhadores nem sequer ainda se deu conta que ser parte de um sindicato é uma condição da sua cidadania e uma necessidade do seu processo de libertação”. Compete-nos, junto dos docentes e investigadores, levá-los a tomar consciência dessa condição e dessa necessidade.

O tempo dos sindicatos

O tempo continua a ser dos sindicatos. Nesse sentido, torna-se indispensável **reforçar a organização sindical nas escolas e nos centros de investigação científica**. Como afirmou a CGTP-IN no seu congresso, em 2012, “A força dos sindicatos tem a sua raiz nos trabalhadores unidos e organizados nos locais de trabalho, tenham eles vínculo efetivo ou precário, em torno dos seus interesses comuns, e mobilizados para defenderem, promoverem e efetivarem os seus direitos e lutarem pelas suas legítimas aspirações e por melhores condições de vida e de trabalho. Os Sindicatos reforçam-se através da capacidade de representarem todos os trabalhadores, quaisquer que sejam as suas profissões e os vínculos de trabalho, e de defenderem e organizarem os desempregados na luta pelo emprego e pela segurança social”.

É nas escolas e nos centros de investigação científica que se organiza a vida sindical,



pois **é nos locais de trabalho que nasce e se desencadeia a ação reivindicativa** e se afirma a capacidade de resposta do sindicato aos problemas concretos dos trabalhadores. É também aí, nos locais de trabalho, que se sindicaliza, se elegem os delegados sindicais e se encontram os quadros que, no futuro, dirigirão a organização.

A capacidade de luta, a eficácia da ação sindical e a sua influência, o combate contra as tentativas de limitar a liberdade de ação sindical medem-se e travam-se no local de trabalho. **É nas escolas e nos centros de investigação científica que tem de se centrar a atividade sindical**, pois é lá que os dirigentes têm um permanente contacto com a realidade concreta que deverão dominar, devendo, do trabalho direto com os professores e investigadores, fixar as reivindicações e as prioridades a dar aos objetivos reivindicativos.

Esta forma de intervenção, próxima de quem o sindicato representa, não se pode substituir por qualquer outro tipo de desenvolvimento da ação sindical. **Esta intervenção é a que distingue a FENPROF de outras organizações** que atuam no campo sindical e é este tipo de trabalho nas escolas e nos centros de investigação científica que os professores e os investigadores reclamam, queixando-se quando, em sua opinião, passa demasiado tempo sem que o sindicato aí marque presença. Para além das reuniões formalmente convocadas, o contacto poderá passar por pequenos encontros a realizar, por exemplo, nos intervalos ou permanências na sala de professores, em diálogo com os colegas presentes.

A ação sindical a desenvolver nos locais de trabalho, para além de contar, de forma insubstituível, com o trabalho de dirigentes e delegados sindicais, terá de ser **complementada com formas diversificadas de comunicação e contacto**, designadamente através de meios eletrónicos adequados, de informação e propaganda escritas.

Se estes processos permitem estabelecer a comunicação interna à profissão e à Escola, já no plano de uma ação mais ampla, que se pretende que extravase a profissão e o setor da educação, **o trabalho com os órgãos de comunicação social é fundamental**. A FENPROF deve manter uma relação próxima com os órgãos de comunicação social e os seus profissionais. Esta ação, combinada com a anterior, contribui para fortalecer a organização e só uma FENPROF forte terá capacidade para promover o debate, para erguer propostas e organizar a luta sempre que a mesma se torne necessária.

Problema sentido pela nossa organização é o do **rejuvenescimento dos quadros**. Não por falta de jovens sindicalizados, mas porque o seu vínculo precário, a instabilidade que vivem, as colocações em localidades muito distantes da sua residência habitual e o desemprego que afeta mais de 30.000

professores – dos quais cerca de 12.000 já deixaram de se candidatar a um contrato –, bem como muitos investigadores, levam ao afastamento, não necessariamente do sindicato (estão associados aos sindicatos da FENPROF cerca de cinco mil professores desempregados e outros tantos contratados a prazo), mas da atividade sindical regular.

Aquele é um problema que não é exclusivo das organizações sindicais, mas da própria profissão e que se reflete nos sindicatos. Por exemplo, hoje é relativamente raro encontrar um professor com menos de quarenta anos de idade a trabalhar nas escolas. **O envelhecimento da profissão é um problema que tem de ser enfrentado**, mormente porque não aceitamos ver desperdiçada toda uma geração de jovens detentores de uma formação atualizada mas que são, simplesmente, arredados do sistema.

Para a FENPROF, os sindicatos de professores que a integram – **SPN, SPRC, SPGL, SPZS, SPM, SPRA e SPE** – são **os elementos fundamentais da organização**. São eles que determinam a sua implantação e ação junto dos professores, educadores e investigadores de todo o país e também no estrangeiro. A FENPROF tem sido um importante espaço de consenso e convergência em torno das grandes questões da ação reivindicativa, das propostas a apresentar ao governo e às entidades empregadoras privadas, da ação e da luta a desenvolver no plano nacional e da intervenção sindical no plano internacional. Simultaneamente, tem sabido garantir e respeitar a identidade e a representação regional dos sindicatos, sendo eles que continuam a dar resposta organizada a problemas concretos e especificidades com que se deparam nas respetivas regiões.

Para que, nos setores dos docentes e investigadores, a FENPROF continue a afirmar-se como organização sindical de referência e para que a sua ação seja tão eficaz quanto possível, é indispensável **investir numa cada vez melhor intervenção dos seus quadros**. Nesse sentido, há que dar atenção à quantidade, mas também à qualidade dos quadros sindicais, o que exige a sua eleição com regularidade e através de processos reconhecidamente democráticos, a sua adequada formação, não apenas no plano político, mas igualmente em relação à história e natureza do movimento sindical unitário em que se integra a FENPROF.

A formação sindical deverá, ainda, incidir sobre **dimensões da atividade internacional**, na qual a FENPROF assume um papel importante, designadamente ao nível da Internacional de Educação (IE) e do Comité Sindical Europeu de Educação (CSEE). Há que lembrar que as políticas neoliberais, cuja tentativa de imposição atinge todo o mundo, ganharam maior expressão no nosso país após a intervenção do FMI, UE e BCE.

Tais políticas são dirigidas por centros de poder transnacionais. O objetivo não pode ser substituir a ação que compete a cada organização desenvolver no seu próprio país – seria, até, incoerente delegar a nossa atividade em instâncias internacionais quando percebemos, no plano político, a importância de cada país exercer a sua soberania –, mas procurar articular respostas, trocar experiências, compreender melhor certas realidades nacionais à luz do que já se passou em outros países e, também, criar pressão e influenciar os tais centros de poder.

Uma última nota sobre as eleições legislativas realizadas em 4 de outubro. Deram origem a um novo quadro parlamentar que criou condições para inverter o caminho que tem sido percorrido por governos anteriores, onde o desmantelamento das funções sociais do Estado e o agravamento das desigualdades económicas e sociais estavam iminentes, onde o ataque à Escola Pública e a degradação do regime democrático estavam em curso. O novo quadro político, porém, não dispensa professores, educadores e investigadores de lutarem. De forma diferente, o que sucede com esta nova realidade política, assente numa maioria que se completa à esquerda do PS, é que estão criadas **condições que poderão conferir uma nova eficácia à ação sindical, o que vai depender, não só do quadro político, mas muito da luta e da intervenção** dos professores, educadores e investigadores.

Neste novo contexto, **a mobilização não está magicamente facilitada**. Tantos anos de tanta luta com resultados importantes, mas aquém do desejado e justo, fomentaram desânimos. Também a saída da profissão de muitos dos que mais se envolveram nas lutas e de toda uma geração que muito contribuiu para transformar um golpe de estado na Revolução de Abril, não ajuda na mobilização. Da mesma forma, o desemprego, a precariedade, a permanente ameaça em relação ao salário, ao vínculo, ao resultado de uma avaliação menos justa ou, simplesmente, à prepotência de um superior hierárquico, têm consequências na capacidade de reivindicar e de lutar dos docentes e investigadores que é preciso ter em conta e superar.

É uma enorme responsabilidade dos sindicatos e da FENPROF **contribuir para devolver a esperança aos professores, educadores e investigadores**, para afastar o medo do seu quotidiano, dar-lhes confiança na sua força e capacidade de, com a luta, alcançarem resultados positivos para si, para a Escola Pública, para a Ciência e para o país. Não é tarefa fácil, mas é fundamental e o atual quadro político nacional, sendo mais favorável, poderá contribuir para levar a bom porto esse exaltante trabalho.

Num quadro de tanta responsabilidade e tamanha exigência, coloca-se a necessidade de continuar a adotar uma postura ofensiva na

apresentação de propostas e na intensificação da ação reivindicativa. **A luta não é a única via para a obtenção de resultados, mas é uma via insubstituível para a eficácia da ação sindical.**

CAPÍTULO 4

Uma FENPROF que deverá continuar a renovar-se, a melhorar a sua intervenção e a tornar-se cada vez mais representativa dos professores, educadores e investigadores

A FENPROF é reconhecida como a maior, mais importante e mais representativa organização sindical de professores, educadores e investigadores em Portugal. Relativamente ao seu último congresso, realizado em 2013, a quebra de associados, no quadro da imposição de uma fortíssima diminuição de docentes e investigadores no sistema, foi de apenas 4,9%, cerca de 1/3 do que havia acontecido entre 2010 e 2013. Decrescendo a percentagem de associados substancialmente menos do que a do universo de trabalhadores representados, a representatividade da FENPROF voltou a reforçar-se, não obstante as circunstâncias muito difíceis do último triénio.

Mas, claro, não basta aumentar a representatividade, melhorando a taxa de sindicalização. **É necessário aumentar, mesmo, o número absoluto de docentes e investigadores sindicalizados.** A sindicalização é garantia de independência de uma organização que vive, como a nossa, apenas das receitas da quotização dos associados dos seus sindicatos. A reposição do valor integral dos salários e pensões e o descongelamento das carreiras, exigências que a FENPROF mantém, serão também relevantes para a consolidação da sua independência e para a intensificação da atividade.

A ação da FENPROF tem-se centrado em três eixos fundamentais, reafirmados nos anteriores congressos:

- Valorização da **negociação** e da contratação coletivas;
- Promoção da **unidade dos professores e dos investigadores,** desde logo a partir dos locais de trabalho e, quando necessário e possível, convergindo com outras organizações na ação e na luta;
- Convergência nas lutas **com outros setores da vida laboral e social,** privilegiando, desde logo, a CGTP-IN e os setores público e privado que a integram, mas estando também atenta às mais diversas iniciativas que ocorrem no plano social, avaliando, em cada momento, a possibilidade de participação nestes espaços.

No histórico da FENPROF e dos seus sindicatos, há importantes **envolvimentos em ações e movimentos sociais.** Exemplo

mais significativo encontra-se ao nível das manifestações pela independência de Timor Leste, que tiveram na FENPROF o pivô de toda a movimentação social desenvolvida. Há ainda a registar o envolvimento em iniciativas e ações em defesa da água pública, em defesa da Paz e contra as medidas de austeridade.

A FENPROF não deixará de dar a melhor atenção à natureza e aos objetivos dos diferentes **movimentos sociais,** de âmbitos mais gerais ou mais específicos, que vão surgindo em diferentes momentos políticos. Importante será, sempre, distinguir as convergências desejáveis dos fracionismos intencionais de que alguns deles possam ser portadores.

A FENPROF deverá manter-se disponível para debater as **melhores formas de organização e convergência com outras organizações sindicais,** designadamente da Administração Pública. Este é um setor extremamente atacado pelos governos, palco destacado de violentas políticas de austeridade, usado, muitas vezes, como “exemplo” para o privado. Há que encontrar, a este nível, as melhores respostas, formais ou informais, que, no respeito pelas normas de democraticidade de funcionamento e, também, de bom relacionamento entre as organizações, origem dinâmica mais fortes, reforcem a ação sindical e respeitem a atividade específica de cada organização, definindo com rigor os âmbitos de intervenção. Esta reflexão deverá, inevitavelmente, partir de uma avaliação cuidada das diversas instâncias e níveis de organização em que a FENPROF participa e ter em conta a forte representatividade da CGTP-IN no vasto setor da Administração Pública.

Atividade internacional

No **plano internacional,** a FENPROF tem vindo a reforçar a visibilidade e a intervenção.

Apesar de ser uma organização de um país pequeno, a FENPROF, pela capacidade de intervenção junto dos docentes e investigadores que representa, pelas posições e pelas convergências que, também no plano internacional, tem sabido construir, **ocupa um lugar importante nesse contexto.** Hoje, a FENPROF está presente no Comité Executivo Mundial da Internacional da Educação (IE), através da eleição da sua secretária internacional no último congresso da IE, bem como no Comité Executivo do Comité Sindical Europeu para a Educação (CSEE)/IE Europa, o que confirma o reconhecimento que, através dos seus representantes na atividade internacional, merece por parte dos seus parceiros, em particular europeus, africanos e latino-americanos. Cabe, ainda, relevar neste plano a participação e intervenção da FENPROF, em conjunto com outras organizações sindicais europeias, no Alter Summit e nos Fóruns Sociais Mundiais.



Para a FENPROF, as **prioridades para a atividade internacional** mantêm-se: Europa, com um particular envolvimento na ação a desenvolver pelos países do sul, mas, cada vez mais, com relações importantes com países da Europa Central, do Norte e de Leste; países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), com enfoque numa relação de solidariedade que tem tido expressão relevante em ações de formação sindical; América Latina, uma região em que o embate com o neoliberalismo tem sido particularmente agudo e onde, com alguns recuos, mas também com importantes avanços, têm sido obtidos resultados que interessam a toda a humanidade; a Palestina e a República Árabe Saaraui Democrática, cujos povos continuam a ser violentamente reprimidos por potências estrangeiras, mantendo a FENPROF, com eles uma empenhada solidariedade.

A FENPROF reafirma a sua condição de **organização filiada na IE, no CSEE e na CPLP-Sindical de Educação**. Pelas responsabilidades que assume em todas essas organizações, dará uma atenção cuidada à atividade a desenvolver no plano internacional, embora consciente das limitações financeiras que se colocam ao pleno desenvolvimento da mesma.

Aspetos relevantes da atividade e da organização da FENPROF

No que respeita aos diversos níveis de organização do trabalho, a FENPROF assenta a sua atividade em departamentos que preparam as decisões dos órgãos federativos, designadamente em relação às posições a tomar e às ações a desenvolver. **Estas frentes e estes departamentos de trabalho são fundamentais à vida da FENPROF**, à presença junto dos docentes e investigadores e à afirmação na sociedade portuguesa.

Relativamente aos **níveis de organização para a intervenção político-sindical**, desde logo, há que melhorar a atividade das frentes e departamentos já em funcionamento: Sistema educativo; Profissão docente; Formação; Direção e gestão das escolas; Municipalização; Concursos de docentes; Precariedade e desemprego; Setores de educação, ensino e investigação; Educação e formação de adultos. Justifica-se, ainda, a constituição de outros departamentos e frentes, bem como a organização de trabalho mais sistemático em relação a algumas áreas de preocupação. Visando esses propósitos, assinalam-se, de seguida alguns aspetos relevantes com eles relacionados.

- **Inclusão**. A inclusão é hoje um dos maiores desafios colocados à escola e diz respeito a todos e a todas. Passada a fase da integração, em que se universalizou o direito de todos frequentarem a escola pública, chega agora a fase da inclusão, impondo a

criação de condições que garantam igualdade de oportunidades, não apenas no acesso, mas igualmente no sucesso escolar e educativo. Uma exigência que, sublinhe-se, é contrária ao sentido negativo e retrógrado das políticas desenvolvidas pela direita, sobretudo na anterior legislatura.

A concretização de **uma política res- peitadora dos princípios da educação inclusiva obriga a um investimento efetivo na Escola Pública**, pois exige: melhores condições de trabalho nas escolas, designadamente no que concerne aos horários de trabalho; uma adequada organização pedagógica que, por exemplo, não é possível obter num contexto de mega-agrupamento; que os docentes sejam libertados da carga burocrática a que estão sujeitos, bem como de enfadonhas e inúteis reuniões, passando a disponibilizar mais tempo aos seus alunos; número de horas suficiente para dar resposta às necessidades de apoio de todos os alunos.

Acresce que dificuldades e limitações na sua atividade são problemas que afetam, não apenas alunos, mas também professores e trabalhadores não docentes das escolas. A todos terão de ser proporcionadas condições de trabalho que promovam os mais elevados níveis de qualidade no respetivo desempenho profissional. Nesta asserção, importa lembrar que, como se confirmou em encontro promovido pela FENPROF, **muitos docentes, devido a limitações e dificuldades permanentes ou temporárias, confrontam-se com problemas acrescidos na atividade que desenvolvem**.

Face ao que antes se afirma, **justifica-se uma cada vez maior preocupação da FENPROF com as questões de inclusão**, devendo esta estar presente em toda a sua ação e nas propostas que apresenta. A importância da inclusão justifica ainda que a FENPROF se envolva na promoção de iniciativas, podendo fazê-lo em parceria com outras organizações, tais como desenvolvimento de projetos, debates ou publicação de documentos, contribuindo, dessa forma, para que a escola se torne num efetivo espaço de inclusão.

- **Ética e deontologia profissionais**. É oportuno o aprofundamento do debate sobre ética e deontologia das profissões docente e de investigador. Depois de anos muito difíceis em que foram negados tantos direitos e condições inerentes aos respetivos exercícios profissionais, chegamos a um tempo que deverá ser de reconstrução. Reconstrução de duas profissões que nunca perderam referências, mas que também nunca conseguiram a afirmação plena que os seus papéis sociais reclamam.

Em momentos de mais forte ataque à profissão docente, **é recorrente surgir quem defenda que uma "ordem" contribuiria para unir** os professores, aumentar a sua capacidade reivindicativa, o seu prestígio, e que esse seria o caminho para estabelecer

um código de ética e deontologia profissional docente. Mas a criação de uma ordem, para além de estranha à sua natureza, seria mais um fator de divisão e de novas e desnecessárias tutelas sobre a profissão. Os professores não precisam de uma instância desse tipo para defender – ou para lhes impor – o que concerne à ética e à deontologia. Há, aliás, uma ética e uma deontologia historicamente construídas, assumidas e respeitadas pela classe docente.

A FENPROF e os seus sindicatos têm sido e continuarão a ser **espaços de análise e discussão das questões da ética e da deontologia** da profissão, conscientes que da sua clara assunção também beneficia a imagem social dos professores, algo que só ilusoriamente seria melhorado pela eventual criação de uma ordem. O mesmo sucede em relação aos investigadores.

Os professores e os investigadores não necessitam que, sobre si, se ergam novas tutelas que os fiscalizem, controlem e cerceiem espaços de exercício autónomo da profissão. **O que faz falta é que, de facto, seja reconhecida a sua autonomia profissional**, num tempo em que já estão cercados e sobrecarregados com normativos que burocratizam a profissão e em que são evidentes propósitos de os reduzir "a uma condição de vassalagem intelectual", voltando às palavras de John Dewey que assim se referia a uma indesejada situação dos professores. Não precisam de mais instâncias de poder que exerçam sobre si novas formas de controlo e que imponham mais diretivas sobre os seus comportamentos morais e éticos.

A FENPROF rejeita a ideia de que a resolução dos problemas dos docentes e dos investigadores passa pela criação de instâncias de caráter corporativo. Enquanto organização mais representativa desses trabalhadores, é incontornável o papel da FENPROF em relação às questões da ética e da deontologia, pelo que **estas questões passarão a constituir uma frente de trabalho** que, adequadamente organizada, levará ao indispensável aprofundamento da reflexão. Tal, permitirá a apresentação de propostas que contribuirão para uma revisão positiva dos estatutos de carreira e profissional dos docentes e investigadores portugueses.

- **Ensino Particular, Cooperativo e Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS)**. Este é um departamento que já existe, mas que deverá ganhar maior destaque no conjunto da atividade desenvolvida pela FENPROF, como a seguir se verá.

Muitas vezes, quando reclama políticas que defendem a escola pública, há quem considere – e os operadores privados fazem passar essa mensagem, na ânsia de afastarem os professores da organização sindical que melhor os defende – que a FENPROF está a colocar-se contra os professores do ensino particular e cooperativo. Nada mais

falso. Aliás, os últimos anos foram demonstrativos disso mesmo: as alturas em que a Escola Pública é mais atacada e a condição dos seus profissionais mais regride, são aquelas em que **mais são postos em causa os direitos e as condições de trabalho dos docentes das escolas privadas**; há uma correlação evidente, quanto à situação profissional dos docentes.

A FENPROF não só tem consciência dos problemas acrescidos dos professores do ensino particular e cooperativo (incluindo os do ensino superior), à custa dos quais muitos patrões têm enriquecido, pondo em causa direitos profissionais e laborais, como **tem vindo a desenvolver uma atividade crescente e reconhecida no setor**. Uma atividade que é de especial importância para os docentes, num setor onde, lamentavelmente, o patronato tem contado com o apoio declarado das organizações da UGT para aumentar as condições de pressão e exploração sobre professores e educadores.

A luta por um contrato coletivo de trabalho para o ensino particular e cooperativo, que salvede os direitos dos docentes, continuará a ser prioridade da FENPROF neste setor em que serão, ainda, preocupações maiores a situação do ensino artístico especializado, a defesa do contrato coletivo de trabalho em vigor para os docentes das IPSS e a salvaguarda do acordo de empresa recentemente assinado com a União das Misericórdias, com o objetivo de que se converta em acordo coletivo de trabalho a ser aplicado a todas as Misericórdias. No caso das escolas profissionais, a FENPROF empenhar-se-á no sentido de que, finalmente, seja negociado um contrato coletivo para os docentes que reflita a especificidade deste setor de ensino.

No **ensino superior particular e cooperativo** (ESPC) cerca de 75% dos docentes estão com contratos precários, trabalhando 2/3 a “recibo verde”. Não existe acordo coletivo de trabalho devido à oposição da associação patronal. O diploma regulador do regime dos docentes e dos investigadores deste sector, que se encontra previsto no RJIES e que era já anteriormente mencionado nas várias versões do Estatuto do ESPC, nunca foi aprovado devido a falta de vontade política dos sucessivos governos.

Esta **situação de enorme precariedade** impede a constituições de corpos docentes estáveis e permanentes, que é outra das exigências do RJIES. A liberdade académica é, assim, posta em causa, o que tem facilitado o desrespeito pelas competências dos órgãos académicos e a falta de transparência dos procedimentos. Numa tal situação, torna-se difícil a denúncia interna de casos de tráfico de influências que põem em causa a qualidade e a validade na atribuição de certos diplomas, como se verificou em casos recentes que obrigaram a tutela a intervir.

- **Atividade setorial e intersectorial**. Foi opção da FENPROF, no seu 10.º Congresso,

privilegiar a atividade intersectorial, tendo em conta, por exemplo, aspetos que se tornaram comuns nas condições de trabalho dos docentes dos diferentes setores, da educação pré-escolar ao ensino secundário. Tal, contudo, não implicava a desvalorização da atividade setorial, como assinalou o congresso seguinte, em 2013. No entanto, as exigências de resposta coletiva que se colocaram a todos os docentes, num período de ataques transversais à sua condição (direitos, salários, condições de trabalho e também no plano social), a par de políticas que procuraram derrubar alicerces fundamentais das funções sociais do Estado, acabaram por fragilizar as respostas setoriais.

Na segunda metade do último mandato, **intensificou-se a vontade de retomar a iniciativa setorial**, com a realização, por exemplo, do Encontro de Quadros da Educação Pré-Escolar, a Conferência Nacional do 1.º Ciclo, o Encontro Nacional de Docentes do Ensino Particular e Cooperativo, diversas ações no âmbito da educação especial e, também, com o reforço da ação sindical no ensino superior e na investigação. É necessário dar continuidade e mais energia à atividade setorial, sem deixar de a articular, no que for possível e desejável, intersectorialmente.

Na verdade, mesmo reconhecendo o que há em comum e que une todos os docentes, os problemas setoriais são sentidos de uma forma particularmente intensa por quem os vive. Haverá, até, uma predisposição para considerar que os problemas enfrentados por outrem, regra geral, serão de menor monta. Verdade, isso sim, é que não poucas vezes os **ataques à condição profissional dos docentes, incluindo a degradação de condições de trabalho, são desferidos sectorialmente**.

A unidade nem sempre se constrói fixando objetivos únicos em que se espera que todos se revejam. Como tal, há que reconhecer e tratar os problemas de cada setor, elaborar os respetivos diagnósticos, identificar a sua natureza e, a partir deste conhecimento, avançar com propostas e objetivos reivindicativos. Provavelmente, **então, será mais fácil perceber que a natureza dos problemas é comum e radica nas políticas que são desenvolvidas**, recomendando uma resposta convergente. A unidade constrói-se em torno desta convergência.

Relativamente ao **ensino superior e à investigação**, as especificidades, por razões compreensíveis (formação, estatutos de carreira, condições de trabalho, quadro de autonomia das instituições, maior distanciamento em relação à ação sindical), são ainda mais vincadas. É indispensável manter respostas adequadas que esclareçam, dinamizem a participação e o debate e que mobilizem docentes e investigadores para estarem atentos e, quando necessário, participarem na luta sindical. Infelizmente, alguma da



reação dos docentes e investigadores tem surgido já em momentos extremos, quando se torna muito difícil resolver os problemas.

Há que continuar a procurar as formas mais adequadas de intervir no setor do ensino superior e da investigação, tornando-se prioridade da ação da FENPROF a **superação da evidente escassez de quadros sindicais** que, então no caso da investigação, simplesmente não têm existido. O aprofundamento da reflexão, tanto em relação às formas de organização, como à definição de prioridades reivindicativas, deverá passar pela realização de uma conferência nacional no próximo ano letivo, em momento a determinar pelos futuros órgãos da FENPROF.

- **Os casos específicos dos desempregados e aposentados.** Referem-se, aqui, dois grupos que estão bem representados nos sindicatos da FENPROF, havendo milhares de sindicalizados nestas duas situações. Porém, tal não se tem refletido nos níveis de participação na ação sindical.

Do ponto de vista da organização, a situação é diferente em cada um dos grupos. No **setor dos aposentados**, existe organização e um número importante de quadros sindicais, o que contribui para frequentes tomadas de posição por parte da Federação, facilitando o apelo à integração na vida e na atividade sindical. Pode dizer-se, mesmo, que nos últimos anos foram dados importantes passos na organização dos aposentados, o que já se foi traduzindo numa relevante – mas ainda insuficiente – capacidade de iniciativa, intervenção e luta neste âmbito.

Já no **grupo dos desempregados**, a situação é muito marcada pela falta de quadros. A ação desenvolvida a este nível assenta, essencialmente, em dirigentes que não se encontram em situação de desemprego, sendo manifestamente insuficiente o envolvimento daqueles que nela se esperaria implicar.

No caso dos docentes e investigadores desempregados, **explica-se, em parte, que assim aconteça.** Na maioria dos casos, por exemplo, são obrigados a procurar outras ocupações, muitas vezes com situações e horários que dificultam a ligação à atividade sindical. Também é sensível uma certa desvinculação com a profissão para que se qualificaram, mas da qual se veem afastados por força de políticas que geram precariedade, desemprego e enormes incertezas em relação ao futuro. Não é despendida, ainda, a influência da ofensiva ideológica que inculca apreciações negativas sobre os sindicatos, algo a que, não poucas vezes, os mais desprotegidos e descontentes se encontram mais vulneráveis.

Tudo isso exige da FENPROF a perseverança para que esses docentes e investigadores, mesmo não participando mais ativamente na ação sindical, sintam que ela também se lhes dirige, nomeadamente quando assume a exigência de rejuvenescimento da profes-

são, quando defende que as escolas e os centros de investigação devem ser dotados dos recursos humanos indispensáveis à satisfação das suas necessidades ou quando visa combater a precariedade laboral. Dentro daquela perseverança, **importa aprofundar o debate sobre as causas** – políticas e ideológicas, de organização, de comunicação, de processos de trabalho, etc. – que subjazem à ainda insuficiente atratividade da intervenção sindical para muitos trabalhadores desempregados.

Para um caso e outro – aposentados e desempregados – a FENPROF deverá continuar, pois, a **desenvolver uma ação que, para além de tomadas de posição, se destine a aumentar os níveis de participação** na atividade desenvolvida.

No que respeita à organização interna da FENPROF, reafirma-se que é possível e necessário melhorar o funcionamento dos diversos departamentos já constituídos, deixando a este propósito algumas notas.

- **Informação e Comunicação.** São áreas fundamentais para a afirmação da FENPROF, do seu projeto e das suas posições. Revelam a ligação da FENPROF aos problemas da Educação, da Ciência e do país e visam a sua presença permanente, não só entre os docentes e investigadores, mas procurando alcançar toda a comunidade educativa e a sociedade em geral.

A informação e a comunicação são rosto, voz e presença da Federação. Um funcionamento menos eficiente a este nível dificultaria a divulgação pública da mensagem da FENPROF que se fortalece com a capacidade que tiver de projeção para o exterior.

A FENPROF é uma das organizações sociais e políticas que mais intervenção tem no plano da informação e comunicação, mediado pela imprensa escrita e audiovisual. Para isso contribui uma intensa atividade nos locais de trabalho, uma grande e persistente mobilização dos investigadores e dos docentes de todos os níveis de educação e ensino e a mediatização do seu secretário-geral. Porém, num mundo em que a comunicação assume um papel central na formação da opinião e na intervenção cívica, a programação, designadamente, dos canais de televisão generalistas, dominados por uma lógica de entretenimento, e os alinhamentos dos telejornais, como se sujeitos a uma lógica de “cartel”, tornam cada vez mais difícil assegurar que a mensagem e o recurso do movimento sindical à comunicação social de massas produza o efeito informativo desejado.

O controlo da informação por grandes grupos económicos, a produção de informação por agências que não são independentes, a dominação dos órgãos de comunicação social e das suas chefias editoriais pelo poder económico, que os detêm e financiam, criam **obstáculos à produção isenta de informação.**

Esse é um grande desafio que se coloca, hoje, ao movimento sindical unitário e à FENPROF em particular. Daí que o **investimento em novas formas de organização e o recurso aos meios mais utilizados pelos cidadãos** para obtenção e circulação de informação tenham de ser prioridades nos próximos anos – designadamente o correio eletrónico, com a gestão adequada e integrada de listas de correio, as redes sociais e a renovação e permanente atualização da sua página eletrónica –, a par de uma atitude informativa ainda mais assertiva.

Nesta área da informação e comunicação, **é necessário garantir a cobertura e divulgação de toda a intensa atividade desenvolvida pela FENPROF,** no país e no estrangeiro; dar atenção aos temas que a comunicação social destaca, acautelando, sempre que necessário, a tomada de posição; garantir uma regular informação e uma comunicação eficaz junto dos professores (revista; informação atualizada em site ou pelo envio através do correio eletrónico; divulgação nas redes sociais...); valorizar a edição de materiais de informação direta (cartazes; tarjetas; múpis; pendões; desdobráveis-síntese; eventual recurso, em momentos especiais, a publicidade na comunicação social...); melhorar o contacto com a comunicação social, constituindo um gabinete de imprensa que promova iniciativas e tomadas de posição, e que seja um elo de ligação, sobretudo aos jornalistas da especialidade, bem como a sites e publicações de educação, sindicalismo ou outros temas de interesse para a ação da FENPROF; gerir ficheiros que facilitem a recuperação de tomadas de posição sobre os mais diversos assuntos.

Este departamento deverá, ainda, **auxiliar a ligação a organizações nacionais e internacionais,** quer produzindo e tratando informação da respetiva atividade, quer divulgando junto delas a atividade da Federação.

- **Organização.** É uma área em que a FENPROF poderá dar mais alguns passos.

O departamento assumiu as suas responsabilidades, sempre que foi chamado a envolver-se na organização de iniciativas e ações de luta, mas **falta um nível de atividade interna, regular,** que contribua para o reforço da própria FENPROF, o que passa, necessariamente, pelo fortalecimento dos sindicatos nas respetivas regiões.

Da atividade a desenvolver neste âmbito interno deverá resultar a troca de experiências sobre aspetos de organização (relacionamento com os associados, campanhas de sindicalização ou procedimentos administrativos) e uma adequada articulação com outros departamentos, nomeadamente o financeiro e o da formação.

- **Ação Jurídica.** Corresponde a um departamento de grande relevância para a atividade sindical. Deverá articular a ação de apoio aos associados que a ele recorrem, em todo o país, apoiar a direção sindical na

contestação em tribunal de procedimentos violadores dos quadros legais vigentes e assessorar as comissões negociadoras sindicais.

Impõe-se uma boa **coordenação entre os departamentos dos diversos sindicatos**, devendo todos eles ser implicados na atividade a desenvolver; em fases de maior conflitualidade jurídica e em que esta é muito mediatizada, é necessário garantir uma resposta genérica imediata, tendo em conta tempos sindicalmente úteis para a interposição de ações e garantindo uma reação que vá ao encontro das expectativas dos docentes e investigadores que, em momentos de grande pressão, anseiam por respostas em prazo curto.

Desta frente de trabalho, pretende-se ainda que mantenha uma **ligação técnica e sindical à CGTP-IN e outras organizações** com as quais seja desenvolvida atividade comum; que garanta respostas adequadas para frentes específicas, elabore pareceres que fundamentem propostas para alterar quadros legais ou o envio de posições à Provedoria de Justiça ou à Procuradoria-Geral da República; que aprecie normas comunitárias e proponha, quando oportuno, formas de transposição e de atuação.

- Formação. Há que distinguir, aqui, dois planos: i) o da reflexão, tomada de posição e elaboração de propostas sobre formação de professores (inicial, contínua e especializada); ii) o da organização de iniciativas (colóquios, encontros, seminários e outras de âmbito nacional) e, se de interesse para os docentes e investigadores, da formalização de protocolos de cooperação no âmbito em apreço.

No que respeita à intervenção política, há que **exigir uma melhor formação inicial de professores e educadores** e, nesse sentido, aprofundar e apresentar propostas. Esta é uma obrigação que se tornou ainda mais premente com o combate movido à PACC, prova iníqua que o MEC alegava destinar-se a garantir professores de qualidade. Para além disto, o tema é de inegável atualidade e relevância para a condição profissional dos docentes.

Também **no que respeita à formação contínua e à formação especializada** de professores é necessário apresentar propostas que garantam a efetivação desses direitos. Mas, como a formação, mormente a contínua, também é um dever, importa reivindicar a consagração de condições, designadamente de tempo e gratuidade, para que a mesma seja frequentada.

A possível existência de um centro de formação da FENPROF serviria, essencialmente, para **articular atividade entre os sindicatos**. Facilitaria, também, a promoção de ações nacionais (encontros, debates, seminários, colóquios, atividades culturais...), podendo, se necessário, promover iniciativas no âmbito da formação sindical.

Ao centro de formação caberia, ainda,

assegurar **a gestão do centro de documentação da FENPROF**, incluindo a sua divulgação junto dos associados. Poderia, eventualmente, apresentar candidaturas a projetos internacionais para a formação, divulgando também intercâmbios de formação. Os órgãos de direção da FENPROF, eleitos neste Congresso, avaliarão a exequibilidade do funcionamento de uma estrutura daquele tipo e com os objetivos sumariamente enunciados.

- Finanças e património. A FENPROF apenas depende – e assim deve continuar – da quotização dos associados dos sindicatos. Esta é a principal garantia da sua independência.

Nos últimos anos, fatores diversos, em particular o aumento do desemprego, os cortes salariais e nas pensões e o congelamento das carreiras, tiveram impacto negativo no financiamento da organização. Não obstante, **uma boa gestão dos recursos disponíveis permitiu, ainda assim, fazer face às exigências.**

As expectativas para o futuro são positivas: é possível aumentar o número de associados; ao longo deste ano serão repostos os salários na íntegra; prevê-se o descongelamento das carreiras; é reconhecida a necessidade de aumentar o número de docentes nas escolas.

As perspetivas positivas, no entanto, não dispensam as exigências de um grande rigor financeiro e patrimonial. As iniciativas deverão ser devidamente orçamentadas e gastos não indispensáveis deverão ser eliminados. No que respeita ao património há que avaliar cada bem e decidir qual a opção menos dispendiosa de gestão.

- Regalias e benefícios sociais. Há que manter a procura de novos acordos e protocolos, a par da promoção dos já existentes, aspetos que, não sendo centrais nem determinantes da atividade sindical, não devem ser desvalorizados pela atratividade que exercem para a vinculação sindical e como contributo para a melhoria da situação dos associados dos sindicatos.

A FENPROF, no triénio 2016-2019, tem condições para se fortalecer, para se renovar e rejuvenescer, para tornar mais eficaz a sua ação, para continuar a ser a organização de referência dos docentes e investigadores em Portugal. Os tempos não são fáceis, mas **com a sua ação e a indispensável luta dos professores, educadores e investigadores, a FENPROF continuará a dar um contributo insubstituível ao futuro da Educação, da Ciência e do país.**